



Anais da Assembléia

Nº 10

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 12 DE MARÇO DE 1980

ANO VI

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.^a LEGISLATURA

ATA DA 8.^a SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 1.980

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Domício Scaramella.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarez, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGEM:

Mensagem n.º 10/80

Curitiba, 04 de março de 1.980

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo alienar, através do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná, o imóvel Gleba 2 - 4a. Parte da Colônia São Jerônimo, aos seus legítimos ocupantes.

A anexa cópia autêntica do pronunciamento técnico emitido pelo Instituto de Terras e Cartografia do Paraná — ITC, diz, com o necessário detalhamento, do alto significado social e elevado interesse público de que é revestida a medida legal ora submetida a exame dessa augusta Assembléia Legislativa.

Certo de que a proposição formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de estima e consideração.

NEY BRAGA

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.^o — Fica o Poder Executivo autorizado a alienar o imóvel Gleba 2 — 4a. Parte da Colônia São Jerônimo, aos seus ocupantes.

Art. 2.^o — Incumbe ao Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná promover a venda dos lotes da Gleba 2 4a. Parte da Colônia São Jerônimo, aos seus ocupantes, com prévia fixação de área, preço e condições de pagamento.

Art. 3.^o — O produto das alienações de que tratam os artigos anteriores será recolhido à Fazenda Estadual.

Art. 4.^o — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.^o — Revogam-se as disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

INDICAÇÃO:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Os Deputados que abaixo assinam, integrantes do Bloco Trabalhista neste Poder Legislativo, indicam o Deputado ADALBERTO DAROS, como Líder da bancada.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1.980.

(aa) MÁRIO CELSO e DOMÍCIO SCARAMELLA

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor ADINEI GONÇALVES CORDEIRO, ocorrido hoje na Cidade de Paranaguá.

O extinto era reformado da Polícia Militar do Paraná, e mesmo nessa condição exercia atividades marítimas ligadas às principais companhias de navegação de Paranaguá.

Membro de tradicional e conceituada família daquela cidade litorânea, onde pelas suas virtudes de cidadão da mais alta respeitabilidade, tornou-se credor da simpatia e admiração de seus conterrâneos, tendo conseqüentemente seu desaparecimento causado geral consternação na sociedade parnanguara.

Requer, outrossim, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada, para o seguinte endereço: Rua Vieira dos Santos nº 450 - Paranaguá.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1.980.

(a) NELSON BUFFARA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado nos trabalhos de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. CLÁUDIO BARROCAL, ocorrido no Distrito de Iracema, da Comarca de Formosa do Oeste.

O falecido era membro de uma das famílias tradicionais daquela cidade e o seu passamento deixou com certeza um grande vazio no meio social, principalmente porque era um dos grandes desportista daquela terra.

Requer, outrossim, seja dada ciência à família enlutada, nas pessoas do seu progenitor FREDERICO BARROCAL e viúva IDALINA BARROCAL.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1.980.

(a) EDILSON ALENCAR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Sr. JOSÉ LOPES, ocorrido no Distrito de Iracema, da Comarca de Formosa do Oeste.

O falecido foi vítima de acidente de automóvel e gozava de grande amizade na comunidade. O seu desaparecimento foi enormemente lamentado pela cidade.

Requer, também, que seja dado ciência à família enlutada na pessoa da viúva, MARIA LOPES, residente no Distrito de Iracema.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1.980.

(a) EDILSON ALENCAR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ATUALPO THOMÁS falecido em data de 9 do corrente.

O falecido desfrutava de grande amizade em JESUITA haja visto que o seu desaparecimento deixou constritada toda a população.

Requer, outrossim, seja dado ciência à família enlutada que reside em Jesuíta, Comarca de Formosa do Oeste.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1.980.

(a) EDILSON ALENCAR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a consagração na ata dos trabalhos desta Casa, do registro de voto de profundo pesar pelo falecimento de IRMÃ PIA GIOCONDA VIEIRA.

A extinta, cujo nome de batismo era Isaura Pinheiro Vieira, faz parte da história de Cornélio Procópio, pelos relevantes serviços prestados, destacando-se uma incansável luta pelo aprimoramento do ensino. Foi destacada Diretora do Colégio Nossa Senhora do Rosário de Cornélio Procópio, hoje um dos mais importantes estabelecimentos de ensino em nosso Estado.

Nasceu aos dezessete dias de novembro de 1.924, na bela Cidade de Goiás, sendo seus pais José Pinto Vieira e Ângela Pinheiro Vieira. Em Cornélio Procópio, o nome de Irmã, é sinônimo de bondade, trabalho e amor. Amava por demais a cidade onde ela deu em trabalho e dedicação os mais importantes anos de sua vida, razão pela qual lhe havia sido outorgado o valioso título de CIDADÃ HONORÁRIA DE CORNÉLIO PROCÓPIO, num ato de grande justiça praticado pela egrégia Câmara Municipal.

No convite para a Santa Missa que as Irmãs do Colégio mandaram celebrar, destacava-se na lembrança distribuída a grande verdade: "Ninguém morre enquanto permanece vivo no coração de alguém."

Sala das Sessões, em 12 de março de 1.980.

(a) ROSÁRIO PITELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consagração de um voto de pesar pelo falecimento do eminente brasileiro, ilustre escritor, romancista, invulgar político, imortal membro da Academia Brasileira de Letras, JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA, passamento ocorrido no Estado da Paraíba.

JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA, Secretário da Justiça da Paraíba, Governador do mesmo Estado, duas vezes

Ministro, candidato à Presidência da República foi um homem que contribuiu para o desenvolvimento de nossa plataforma política, tendo se destacado, além da política também nas Letras, como grande escritor, elevando o padrão do nosso vernáculo, imortal entre os mortais.

Da decisão do Plenário, solicita seja dado ciência à família enlutada, à Avenida Beira Mar — Tambaú, Estado da Paraíba. Igualmente ao filho do emérito JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA, General do Exército, atual Ministro do Supremo Tribunal Militar, ilustre REYNALDO DE MELLO ALMEIDA.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1.980

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos legislativos do dia de hoje, um voto de aplausos à GRAFIPAR - Empresa Jornalística S/A, pelo retorno do consagrado "CORREIO DE NOTÍCIAS".

Sala das Sessões, em 12 de março de 1.980

(a) MÁRIO CELSO.

JUSTIFICATIVA:

Adotando uma linha totalmente independente, liberto de qualquer influência e pressão política, retornou às bancas e à vida do paranaense o conceituado e consagrado Jornal CORREIO DE NOTÍCIAS.

Uma ótima notícia não só para os leitores, como também para os profissionais do jornalismo, pois um novo campo (sério e honrado) está aberto.

Formado em Administração de Empresas, com diversos cursos de marketing no exterior, Faruk El-Khatib é o seu diretor. Desde a fundação da GRAFIPAR ele vem trabalhando, ao lado de seu irmão Faissal, em prol de uma comunicação dinâmica e inteligente. Também integrando a empresa, encontramos a Distribuidora GRAFIPAR, dirigida brilhantemente pela irmã dos dois editores, Selma El-Khatib.

Contando com uma equipe respeitosa de jornalistas, Fábio Campana ficou com a responsabilidade do cargo de Editor-Chefe, mostrando já em sua primeira edição o quanto poderá realizar em termos de jornalismo sério e vibrante.

O Paraná está feliz com o retorno do nosso CORREIO DE NOTÍCIAS. Aproveito a oportunidade para registrar nos Anais da Casa o editorial de hoje, assinado por Faruk El-Khatib, registrando a linha que será adotada, com o título de "Um Novo Jornal".

"UM NOVO JORNAL

Este é o primeiro dia de uma nova fase do CORREIO DE NOTÍCIAS. Nos dois meses em que deixou de circular, o jornal passou por uma profunda transformação interna. Definida sua linha editorial, foi reorganizada a redação e dedicado um grande tempo à discussão concentrada de seu papel e do universo que pretende atingir.

É um novo jornal que volta às bancas. Procura preservar aquilo que o antigo CORREIO tinha de melhor: a pegada da reportagem, a preocupação em oferecer a melhor cobertura jornalística dos fatos. E mesmo nesse aspecto, irá além. Vai abrir espaço para a informação de amplos setores da sociedade que estiveram marginalizados do processo de comunicação. E vamos nos preocupar em fazer da notícia algo mais que o relato dos acontecimentos diários, procurando analisar os reflexos, os desdobramentos. Mostrando como o fato mais longínquo: pode interferir na vida de nosso leitor.

Numa sociedade em que a comunicação sofreu restrições é natural a surpresa que pode causar um jornalismo que surge

para apresentar os fatos em sua plenitude. Acreditamos que este é outro aspecto da missão do novo CORREIO. Se constituir num jornal que ajude a todos a reaprender a conviver com a imprensa livre. Se pretendemos realmente a construção de uma sociedade democrática, é preciso saber respeitar seus princípios. Entre eles, o da liberdade de imprensa, que significa, antes de tudo, a liberdade da ampla maioria se informar e expressar suas idéias e reivindicações. No CORREIO vamos respeitar a opinião do morador do Boqueirão e do Tatuquara como respeitamos a do morador do centro da cidade. Os presidentes de associações de bairro terão a oportunidade de falar sobre a cidade como fala o prefeito. Não temos restrições a nomes, a fatos, a idéias. O jornal vai refletir a vida diária de nossa comunidade, e para isso precisa estar atento e registrar todas as manifestações importantes. Com isenção, sem paixões. Fiel à verdade.

Este é o jornal que nosso leitor receberá todos os dias. Temos certeza de que cumprimos nossa parte, como sempre o fizemos em todas as iniciativas no campo editorial."

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de congratulações e regozijo, pelo relançamento em nossa Capital, do Jornal "Correio de Notícias", que voltará às bancas de jornais de nosso Estado, através louvável iniciativa da família El Katib.

Requer, OUTROSSIM, após aprovação do presente, que se dê conhecimento à direção do Jornal "Correio de Notícias" à Avenida 7 de Setembro, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1.980.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, na forma autorizada pelo Regimento Interno, a dispensa, quando oportuno, da publicação da redação final do Projeto de Lei n.º 173/79.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1.980.

(a) FRANCISCO ESCORSIN.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, veemente apelo ao Excelentíssimo Senhor Professor EDUARDO MACHADO PORTELLA, digníssimo Ministro de Educação e Cultura, no sentido de que proíba o chamado "TROTE DE CALOUROS" em todo o território nacional.

A presente solicitação se prende ao fato de que os alunos veteranos aproveitando-se de suas condições, provocam agressões, não só morais, como também físicas, nos alunos recém ingressos em nossas faculdades e universidades, ocasionando muitas vezes danos irreparáveis que podem acarretar a própria morte, como ocorreu recentemente com o jovem estudante CARLOS ALBERTO DE SOUZA, da Faculdade Mogi das Cruzes que devido a traumatismo crânio-encefálico entrou em coma que veio lhe causar a morte.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1.980.

(a) FUAD NACLI.

APOIAMENTO:

Fiori Luiz, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Rosário Pitelli, Domício Scaramella e Basílio Zanusso.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja reiterado apelo ao Sr. Secretário da Administração, no sentido de que seja construída uma Escola Isolada, com 5 salas de aulas, na localidade de Ferrara, Município de Campo Largo.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1.980.

(a) CARLOS ZANLORENZI.

JUSTIFICATIVA:

Não obstante apelo feito por este Deputado em 11 de maio de 1.979, já se passaram 10 meses sem que nenhuma providência fosse efetivada pelos órgãos competentes no sentido da construção da Escola Isolada em Ferrara.

A situação continua, como naquela oportunidade, constrangedora, com apenas um adendo a mais.

As setenta crianças, que hoje são mais de cem, que assistiam aulas em antigas instalações de uma oficina mecânica, face às precárias condições da sala de aulas que ali existia, foram despejadas pelo proprietário do barracão que, não percebendo aluguel, achou por bem não mais ceder gratuitamente o local.

A solução encontrada foi a de ministrar aulas em uma garagem, cedida pelo proprietário que deixa seu carro no tempo para tanto.

Em face ao acima exposto torna-se urgentíssima a construção de, pelo menos, 3 salas de aula.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Sr. Secretário dos Transportes, reiterando pedido de melhoramentos na estrada Mato Grosso, que liga Campo Comprido à Rondinha, Município de Campo Largo, bem como a reconstrução de uma ponte sobre o Rio Passaúna.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1.980.

(a) CARLOS ZANLORENZI.

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento reitera apelo, feito a 6 de março do ano passado, para que sejam efetuadas melhorias na estrada Mato Grosso, e que até hoje continua sem a devida atenção.

O aumento da população da referida área e a utilização da estrada como acesso à Araucária e a Campo Largo, bem como a Curitiba, justificam plenamente sua conservação em níveis transitáveis, o que não ocorre.

A ponte que também fora objeto do apelo anterior continua na mesma, e o tráfego continua sendo feito por um desvio precaríssimo, o que causa sérios transtornos à população da referida área.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requer seja enviado expediente aos Senhores Governador do Estado, Ministro dos Transportes, Secretário dos Transportes e Presidente da Rede Ferroviária Federal S/A, condenando a desativação do novo traçado ferroviário Curitiba-Paranaguá.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de ofícios às autoridades supras citadas, denunciando e condenando a decisão da Rede Ferroviária Federal de desativar o novo traçado da ferrovia Curitiba-Paranaguá. Optando por melhorias na antiga e obsoleta linha, que data da época do Império.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1.980.

(a) JOÃO ELÍSIO.

JUSTIFICATIVA:

Usamos esta tribuna para oferecer o nosso apoio ao movimento iniciado em Paranaguá, pelo Superintendente dos Portos, Engenheiro Luiz Antônio Amatuzzi de Pinho, que conta com o apoio do Prefeito Municipal José Vicente Elias, condenando a tentativa da Rede Ferroviária Federal, que está pretendendo abandonar o novo traçado ferroviário Curitiba-Paranaguá, com inúmeras obras de arte e viadutos já concluídos, para optar por uma solução que, segundo palavras do próprio Superintendente do Porto: "Provocará um afunilamento do carreamento de grãos para o Porto com conseqüências graves para a nossa economia".

A opção condenada, que está sendo no momento estudada pela Rede Ferroviária Federal, é melhorar tecnicamente o velho e imperial trajeto ferroviário Curitiba-Paranaguá. Segundo o Superintendente no ano de 1.979, através do transporte ferroviário chegara ao Porto um total de dois milhões, setecentos e noventa e oito mil, setecentas e vinte e seis toneladas, sendo que para este ano de 1.980, está prevista uma movimentação de três milhões de toneladas, números que justificam a conclusão no novo traçado já iniciado.

Pedimos à Casa que dê ciência ao Senhor Governador do Estado, Ministro dos Transportes, Secretário dos Transportes e Presidente da Rede Ferroviária Federal, sobre esta situação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado com urgência, ofício ao Sr. Presidente do IBC, no sentido de que volte a vigorar o diferencial de 5 cents por libra peso na exportação do café pelo Porto de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1.980.

(a) JOÃO ELÍSIO.

JUSTIFICATIVA:

O Governo Federal vem recebendo notável contribuição do Estado do Paraná para a obtenção de divisas, provenientes das exportações de grãos, onde contribuimos com cerca de vinte e cinco por cento do total nacional.

A vocação agrícola reservada ao Estado tem levado a um empobrecimento, visto que em contrapartida não temos recebido um tratamento a altura. Assim é que ocupamos uma das últimas posições entre os Estados, no carreamento de recursos.

Situação duplamente injustificável que, como conseqüência, faz aumentar anualmente o grande contingente de desempregados.

Ninguém desconhece a grande contribuição que ao longo dos anos vimos emprestando à cafeicultura, onde a maior parte fica com o Governo Federal.

Recentemente, ainda, tivemos mais algumas medidas adotadas pelo Governo Federal, que vem caracterizar a figura de "madastra má" para com este filiado, ou seja, a saída do Senhor Sigud Schindler do IBC e a queda do diferencial do Porto de Paranaguá.

Efeito imediato, grave apreensão vem se abatendo sobre os trabalhadores do Porto de Paranaguá, com o pessimismo novamente tomando conta dos portuários.

Mais do que nunca faz-se necessário o restabelecimento do diferencial, tanto como medida social como de justiça.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, REQUER, ouvido o duto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Srs. Governador do Estado Paraná, Secretário da Educação e Prefeito Municipal de Almirante Tamandaré, denunciando irregularidades verificadas na Escola Municipal Lamenha Grande, no Município de Almirante Tamandaré.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1.980.

(a) MÁRIO CELSO.

JUSTIFICATIVA:

Vários fatos lamentáveis que vem ocorrendo na Escola Municipal Lamenha Grande, colaboram para a decretação da falência do ensino no Brasil. O ensino básico está sendo liquidado de forma cruel e violenta.

Vamos enumerar os problemas verificados neste estabelecimento escolar do Paraná:

1. A Escola possui apenas duas salas de aula, sendo que em uma delas estudam 75 alunos, distribuídos desta forma: 28 no período da manhã a 47 no período da tarde. A irregularidade: Nesta sala de aula existem somente 6 (seis) carteiras. Os demais alunos sentam no chão, escrevem e estudam no chão.
2. Embora existindo uma rede de energia em frente à Escola, esta não possui iluminação. No ano passado os estudantes do período noturno contavam como fonte iluminadora com um Liquinho. Dentro de alguns dias será iniciado o período do MOBILAL (à noite), devendo ser repetida a triste cena da iluminação na base do Liquinho.
3. Não existe rede de água, dificultando a limpeza do estabelecimento. O pior: não existe nem mesmo um poço artificial para matar a sede dos alunos. Os estudantes são obrigados a recorrer aos bares próximos, pois até os vizinhos já estão chateados em atender diariamente aos diversos alunos com sede.
4. O grande problema da falta d'água se agrava na ausência de um sistema de esgoto. Os alunos que sentem necessidade de ir a um banheiro ficam privados disso. Foi feito um buraco nos fundos da Escola, sem nenhuma condição de higiene, pois não existe escoamento.

Aí estão algumas das irregularidades que deverão receber a maior atenção do nosso Governo. É importante que os erros sejam apontados e os defeitos corrigidos, pois está em jogo a formação moral e cultural de mais de uma centena de jovens. Imaginem o exemplo que estes estudantes levam para casa.

Pedimos o maior carinho de todos, no atendimento e solução deste grave problema.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Regimento Interno, depois de submetido a Plenário, vem, mui respeitosamente, REQUERER seja oficiado ao Ministério do Planejamento e ao Ministério da Agricultura, solicitando a fixação imediata do preço de garantia do trigo da safra de 1.980, e, também que os valores básicos de custeio — V B C — já fixados pelo Conselho Monetário Nacional em reunião de 6/3/1980, assim como o PROAGRO para a lavoura de trigo, sejam de cem por cento, a exemplo da sistemática já adotada pelo Governo Federal para a lavoura do feijão.

Outrossim, considerando que a região oeste do Paraná responde por cerca de quarenta por cento da produção de trigo do Estado;

Considerando que o Banco faz o adiantamento de acordo com a produtividade, que é elevada na dita região, o valor básico de custeio não deverá ser inferior a Cr\$ 8.000,00 por hectare, e considere-se que este valor cobre apenas setenta por cento do desembolso com as despesas diretas;

Considerando, ainda, a necessidade imperiosa de estimular o cultivo do cereal-rei, eis que em 1980 o Brasil deverá importar cerca de um bilhão de dólares para complementar o seu consumo, torna-se urgente uma definição do Governo Federal, pois o período de plantio do trigo, recomendado pela Pesquisa Oficial, já foi iniciado em 1.º do corrente mês, e o agricultor continua na expectativa da fixação do seu preço, para ter condições de programar convenientemente suas atividades.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1.980.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, encarecendo providências para instalação do curso de 1.º Grau no Distrito de Porto São José - Município de São Pedro do Paraná.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1.980.

(a) NILSO SGUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

É preciso fixar o homem da terra!

Desiludido com o manifesto descaso das áreas governamentais em relação à agricultura, não mais prioritária nos planos palacianos, o lavrador, principalmente o pequeno, desencantado pela falta de perspectivas quanto à segurança social sua e de sua família, abandona a roça e busca as grandes cidades, candidatando-se ao sub-emprego, quando muito.

Quando não, revoltando-se diante das soberbas diferenças sociais que o marginalizou, transforma-se em delinquente.

Ao fator da relegação da agricultura a segundo plano, soma-se a ausência de estrutura educacional que - no interior, no campo -, seria ainda uma alternativa para neutralizar, em parte, essa debandada, eis que, persiste virtuosamente na vontade do homem simples da roça, oferecer, pelo menos, um mínimo de escolaridade para seus filhos.

"NÃO QUERO QUE MEUS FILHOS CRESCAM IGNORANTES COMO EU", sintetizam eles, numa filosofia de vida de elevado conteúdo humano.

Assim considerando, aguardamos que o Senhor Secretário da Educação, atente para a justeza do memorial que anexamos ao presente requerimento, firmado por algumas dezenas de jovens, filhos dos moradores do distante Porto São José, no Extremo-Noroeste do Estado, que pleiteiam condições para seqüência de seus estudos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Previdência Social, Jair Soares, solicitando que sejam feitos estudos visando atualizar as diárias pagas aos segurados acidentados que se deslocam até os Centros de Reabilitação para o respectivo tratamento, reajustando-as de acordo com a realidade.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1.980.

(a) JOSÉ DOMINGOS.

JUSTIFICATIVA:

Pretende o Sr. Ministro Jair Soares, implantar no Brasil um sistema previdenciário modelo e para isso, acreditamos, muitas modificações estão sendo implantadas. Acreditamos,

igualmente, nos bons propósitos do Ministro Jair Soares em sua preocupação visando melhorar a assistência previdenciária brasileira, da qual dependem milhões de assegurados, em sua grande maioria sem recursos para procurarem outros meios da área médica. Por isso, e entendendo essa preocupação, estamos sugerindo ao Sr. Ministro da Previdência Social, estudos visando o reajuste das diárias pagas aos segurados acidentados que procuram os Centros de Reabilitação.

No Paraná essa diária é de Cr\$ 182,00, insuficiente sob todos os aspectos para cobrir as despesas de quem vindo do interior, carente de recursos, principalmente financeiro, busca tratamento capaz de reconduzi-lo de retorno às atividades normais.

O fato agrava-se ainda mais, sabendo-se que o tratamento e a orientação nas áreas médicas, paramédicas, psicossocial e profissional é demorado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, nos termos do Art. 20, § 2.º da Constituição Estadual, REQUER, após ouvido o Plenário, as seguintes informações do Sr. Secretário de Estado da Saúde e do Bem Estar Social:

- 1). A Secretaria da Saúde e do Bem Estar Social confirma a demissão de 210 pessoas, no período de março a dezembro de 1.979, incluindo médicos e dentistas? Em caso positivo, quais os motivos que determinaram tal medida?
- 2). Atualmente 1.400 pessoas trabalham no regime CLT, por intermédio do Fundo de Saúde. Comenta-se que o Fundo de Saúde estaria sendo extinto. Confirmando-se a extinção, os servidores serão demitidos?
- 3). Dentro do programa de remanejamento foram abertas 150 vagas. Comenta-se que cinquenta por cento das vagas já estariam preenchidas SEM A REALIZAÇÃO DE CONCURSO. A Secretaria confirma ou desmente?

Sala das Sessões, em 12 de março de 1.980.

(a) FIORI LUIZ.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER expressa manifestação do Plenário, com o objetivo de obter junto à EMATER-PR., através de pedido de Informações dirigido ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Agricultura do Estado, explicações a respeito da não premiação dos vencedores do "III CONCURSO DE PRODUTIVIDADE DA REGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ", encerrado no Distrito de Dois Irmãos, Município de São João.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1.980.

(a) NILSO SGUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

A instituição do Concurso de Produtividade, na região Sudoeste, constituiu-se em efetiva medida de entrosamento Governo-Produtor. Em suas duas primeiras versões, seus objetivos, plenamente alcançados, apresentaram verdadeira arrancada de produção.

No entanto, mesmo se considerando os índices alcançados pelos concorrentes, a realização da terceira fase do concurso foi totalmente negativa e, ao invés de levar entusiasmo à classe produtora, provocou sim, verdadeira decepção.

Verificou-se que nas duas primeiras versões, conforme estabelece o regulamento, os vencedores receberam os prêmios

anunciados, registrando-se a entrega de tratores aos primeiros colocados e implementos agrícolas aos demais.

Todavia, no último concurso, sem qualquer justificativa oficial, os vencedores nada receberam, sabendo-se que o regulamento não havia sido alterado em nenhum de seus dispositivos, gerando compreensiva expectativa entre os participantes.

O clima de apreensão reinante entre os produtores da região, não reside apenas no fator do aumento de produtividade — estimulado pela promoção — com a aplicação de novas técnicas, mas também na oferta dos prêmios, que parecia transformar-se em tradição, incentivando o crescimento e a melhoria dos índices de produção.

Entre os produtores, resta apenas a decepção e a descrença.

Lastimável que isso ocorra, pois coloca a perder todo o trabalho anterior.

Para citar um exemplo, o Sr. Ademir Pagnocelli, vencedor do 3.º concurso e que se colocara entre os que mais produziram nas duas primeiras versões, está aguardando o recebimento do prêmio a que fez jus, ou seja, um trator agrícola.

Estão pois, as autoridades governamentais do setor, responsáveis pela promoção, na indeclinável obrigação de se justificarem perante as cooperativas, sindicatos, associações e participantes do Concurso de Produtividade em razão da não premiação dos vencedores.

Ademais, é necessário que o Governo seja coerente, honesto e responsável em suas iniciativas e promoções.

Enganar a classe produtora não é traduzir a prioridade que se anuncia para a agricultura. Concurso só tem cabimento com premiação. Se foram premiados os vencedores dos dois concursos anteriores, por que não o Sr. Ademir Pagnocelli, que demonstrou espírito de participação e que realmente aderiu ao chamamento para a melhoria e aumento de produtividade?

Caso não seja entregue o trator, que se apontem as responsabilidades daqueles que criaram, na expectativa dos concorrentes, uma deslavada mentira, passível inclusive de figura penal, apurando-se que, adredemente se sabia ser impossível a distribuição dos prêmios.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhada solicitação ao Sr. Secretário da Segurança Pública, para a implantação de uma Delegacia Especializada de Menor na Cidade de Cascavel.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1980.

(a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação prende-se ao fato de existir fraude número de menores desamparados carentes de recursos, orientação e amparo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhada solicitação ao Banco do Estado, para instalação de uma agência do referido banco no Distrito de Lindoeste, Município de Cascavel.

Tal solicitação prende-se ao fato que é uma velha aspiração dos moradores daquela localidade.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1980.

(a) DAVID CHERIEGATE

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental,

REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhada solicitação ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça e aos Senhores Desembargadores, para elevação da Comarca de Catanduvas.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1980.

(a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação prende-se ao fato de estar aquele município em franco desenvolvimento, contando com uma população de 80.000 habitantes, 15.500 eleitores, 57.800 alqueires, 850 estabelecimentos de comércio, 103 escolas municipais, 6 escolas estaduais e 2 escolas de comércio, fatos estes que justificam plenamente a elevação daquele município a comarca.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER o envio de Telex aos Ministérios da Agricultura e Planejamento, solicitando a extinção do Imposto Sobre Exportações de soja em grãos, óleo de soja e farinha de soja.

A extinção do referido imposto, viria, inclusive, melhorar as exportações de tais produtos, pois possibilitariam - especialmente as cooperativas - a enfrentar o difícil mercado externo, obtendo assim, melhores condições competitivas, com resultados benéficos aos sojicultores.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1980.

(a) NELTON FRIEDRICH

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor, usando de suas atribuições e atendidas as formalidades legais, REQUER o envio de Telex à Secretaria de Estado da Agricultura e ao Ministério da Agricultura, reivindicando o Valor Básico de Custeio — VBC, maior aos triticultores; uniformidade do PROAGRO; urgente encaminhamento de instruções aos agentes financeiros sobre as operações do financiamento da referida cultura, e definição imediata dos preços de garantia.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1980.

(a) NELTON FRIEDRICH

JUSTIFICATIVA:

1. A decisão governamental fixando o Valor Básico de Custeio para o trigo em Cr\$ 9.396,00, é, ao mesmo tempo, desestimulante e irreal.

O triticultor, descapitalizado e endividado, está diante do impasse de ter que desembolsar quase Cr\$ 5.000,00 por hectare para poder cobrir o custo de produção, estimado por volta de Cr\$ 12.000,00.

Acresce-se que o valor do custeio baseia-se na produtividade dos últimos três anos, e isto gera apreensão, pois as últimas safras foram frustradas.

2. Já o PROAGRO decresceu para 80 por cento aos triticultores considerados de médio porte e acima, quando diante do atual quadro deveria ser uniforme, isto é, cobrindo cem por cento. Aliás, como com o acerto foi definido para os mini-produtores.

3. Por outro lado, com relação ao urgente encaminhamento de instruções aos agentes financeiros, sobre as operações de custeio da produção, o mesmo se faz necessário, pois que alguns triticultores já iniciaram o plantio. Apesar de já ter sido definido o Valor Básico de Custeio, os produtores não podem encaminhar seus pedidos de financiamento, uma vez que os bancos autorizados não possuem as instruções.

Ressalte-se ainda, que o encaminhamento de pedidos de financiamentos para o custeio demora de 60 a 90 dias, o que ocasionará o fato dos triticultores receberem o VBC no início da colheita e não como é normal, no início do plantio.

4. O triticultor está a aguardar, também, que o Governo Federal fixe o preço oficial para o produto.

Atualmente o preço é de Cr\$ 342,00 por saca e os produtores solicitam Cr\$ 858,00. O atraso na fixação do preço do trigo está fazendo com que muitos agricultores não iniciem o plantio, pois estão receosos de não ser o mesmo, compensatório.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 11/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA MISSÃO TRANSMUNDIAL, com sede e foro em Campo Mourão, neste Estado.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1980.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública por este plano de lei, tem se dedicado, desde sua fundação, a promover o soerguimento moral e espiritual do povo brasileiro, sem qualquer discriminação.

Dentre os objetivos alcançados está o Orfanato Lar Agape, atualmente com mais de trinta internos, o Instituto Age — modelar estabelecimento de ensino que busca a educação integral do jovem.

Além disso, a entidade desenvolve a assistência social de forma invulgar sendo muitos os que foram até agora atendidos em suas necessidades.

Assim, se afigura justo e oportuno o reconhecimento oficial, declarando de utilidade pública a Associação Evangélica Missão Transmundial.

PROJETO DE LEI Nº 12/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR APRENDIZ (FAMA) com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1980.

(a) FRANCISCO ESCORSIN

JUSTIFICATIVA:

A Fundação de Assistência ao Menor Aprendiz (FAMA), fundada a 09 de maio de 1973, é uma sociedade curitibana dos Proprietários, sem fins econômicos, com a finalidade de assistir e encaminhar ao trabalho e ao Estado, menores carentes de recursos, objetivando promovê-los e evitar sua marginalização.

A entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos exigidos pela legislação reguladora da matéria.

Isto exposto, apresentamos o presente projeto de lei à apreciação dos nobres Pares, esperando para o mesmo o seu apoio e aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 13/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica criado, no Município de Umuarama, o Distrito Administrativo de IVATÉ, com as divisas seguintes: "Inicia na margem direita do Ribeirão 215, na foz do Córrego do Bugre; segue por este água acima até sua nascente; daí em linha seca pela divisa do lote 98, da Gleba Ivaté, e do lote nº 01 da Gleba Barro Preto até a Estrada Ivaté - Herculanã; por esta até a divisa dos lotes 99 da Gleba Ivaté e do lote 72 da Gleba Barro Preto, por esta em linha seca até atingir a nascente do Córrego do

Índio, e por água abaixo até sua foz; no Ribeirão Indováí segue o mesmo água acima até a foz do Córrego Jacutinga; segue em linha seca até a Estrada Piava (ex-boiadeira); nas proximidades do Aeroporto segue pela dita Estrada rumo Umuarama, até o Ribeirão Vale Verde; e por este água abaixo até o Ribeirão 215; e finalmente pelo Ribeirão 215, água abaixo até a foz do Córrego do Bugre, ponto de partida.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1980.

(a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ

JUSTIFICATIVA:

O projeto resulta de uma situação anômala: a localidade de Ivaté se constituiu Distrito Judiciário, há muitos anos, sem possuir até a presente data a condição de Distrito Administrativo.

Diante do mandamento contido no § 2.º, do Art. 110, da Constituição Estadual, segundo o qual a criação de distrito judiciário, esta propositura dispensa qualquer nova consideração.

PROJETO DE LEI Nº 14/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — O Distrito Administrativo da sede do Município de Umuarama passa a ter as divisas seguintes:

Inicia no Ribeirão Peroba, na divisa da Gleba 3 Jaracatiá; limita com o Município de Iporã; segue Ribeirão água abaixo até o Rio Xambê; por este água acima até a foz do Ribeirão Baitira; por este água acima até sua cabeceira; daí em linha reta e seca até a Estrada João Baraniuk; por este até a projeção do Córrego Primavera; daí em linha reta e seca até a nascente do Córrego Primavera; por este água abaixo até sua foz no Rio do Veado; subindo por este até a divisa das glebas 1 do Núcleo Serra dos Dourados e 16 do Núcleo Cruzeiro; por esta divisa seca até encontrar a divisa dos Glebas 2 do Núcleo Serra dos Dourados e 16 do Núcleo Cruzeiro; seguindo por esta divisa seca até a Estrada Estadual PR-4; por este rumo à Cidade de Cruzeiro do Oeste até o Ribeirão Piava; por este água acima até a Estrada Jaborandy; por esta até o traçado da estrada de ferro; daí até a altura da cabeceira do Córrego Bonfim; daí em linha reta e seca até a nascente do referido córrego; por este água abaixo até sua foz no Rio Goioerê; seguindo por este água abaixo até a foz do Ribeirão Palmital; subindo por este até sua nascente; daí em linha reta e seca até a nascente do Ribeirão Peroba; por este água abaixo até a divisa da Gleba 3 Jaracatiá, ponto de partida da presente descrição.

Art. 2.º — O Distrito Administrativo de PEROBAL, do Município de Umuarama, passa a ter as divisas seguintes:

Inicia no Ribeirão Peroba, na divisa da Gleba 3 Jaracatiá, limita com o Município de Iporã; segue o Ribeirão água acima até sua nascente; daí em linha reta e seca atingindo a cabeceira do Ribeirão Palmital, desce pelo mesmo até o Rio Goioerê água abaixo até o Ribeirão São Tomé ou Azul; pelo Ribeirão São Tomé ou Azul água acima até a Estrada Azul e por esta até a Estrada Dr. Saldanha ou Divisora, por esta última rumo Sudoeste, até a divisa da Gleba 3 Jaracatiá e 4 do Núcleo Rio da Areia; segue por esta divisa cruzando o Ribeirão Jangada e a Rodovia PR-323 na mesma reta e confronta com o Núcleo São João, até um ângulo, finalmente deste ponto deflete à direita chegando ao Ribeirão Peroba, ponto de partida.

Art. 3.º — O Distrito Administrativo de SERRA DOS DOURADOS, do Município de Umuarama, passa a ter as divisas seguintes:

Inicia na foz do Córrego Água Bonita no Rio do Veado; por este água acima até sua nascente; daí em linha reta e seca até a nascente do Córrego Recreio; e por água abaixo até sua foz no Ribeirão 215; desce pelo Ribeirão 215 até a foz do Ribeirão Vale Verde; pelo dito Ribeirão água acima até a Estrada Piava (ex-Boiadeira); pela dita estrada rumo à cidade de Umuarama até a Estrada Estadual PR-4; pela referida estrada rumo à cidade Serra dos Dourados, até encontrar a divisa das Glebas 2 do Núcleo Serra dos Dourados e 16 do Núcleo Cruzeiro (cerca da Fazenda Garcia); segue por esta divisa até a divisa das Glebas 1 do Núcleo Serra dos Dourados e 16 do Núcleo Cruzeiro (cerca da Fazenda Garcia), segue por esta divisa até o Rio do Veado; descendo por este até a foz do Córrego Água Bonita, ponto de partida desta descrição.

Art. 4.º — O Distrito de SANTA ELIZA, do Município de Umuarama, passa a ter as divisas seguintes:

Inicia na desembocadura do Ribeirão Água Bonita com o Ribeirão do Veado, pela sua margem direita, descendo por este último até encontrar o Ribeirão Carioca, divisor do Município de Umuarama com o Município de Icaraíma, por este água acima em demanda à nascente até encontrar a divisa do lote 8 com o 7 e 26, da Gleba 3, do Núcleo Serra dos Dourados, por esta divisa seca, por uma estrada divisória do loteamento até encontrar a Estrada Estadual Cruzeiro do Oeste - Porto Camargo, atravessando por esta segue em linha seca até atingir a nascente do Córrego Queixada, por este água abaixo até sua foz com o Ribeirão Tiradentes, seguindo por este último pela margem esquerda até sua foz com Ribeirão 215; segue por este em demanda à sua nascente até encontrar pela margem esquerda a desembocadura do Córrego Recreio, por este água acima até sua nascente e daí em linha seca atravessando a Estrada de Serra Dourada - Ivaté, até atingir a nascente do Ribeirão Água Bonita, e finalmente por este água abaixo até sua confluência com o Ribeirão do Veado, ponto de partida desta descrição.

Art. 5.º — O Distrito Administrativo do LOVAT, do Município de Umuarama, passa a ter as divisas seguintes:

Iniciando no ponto de encontro do Ribeirão Piava com a Estrada Cruzeiro do Oeste - Serra dos Dourados (PR-4), seguindo pela referida em direção à cidade de Cruzeiro do Oeste, até o Ribeirão Corumbatá (divisas de Umuarama e Maria Helena), segue por este água acima até a foz do Córrego Pitanga ou Jandaia; subindo por este até sua cabeceira; daí em linha reta e seca, cruzando a rodovia asfaltada (PR-323), até encontrar a nascente da Água do Peru; descendo por esta até sua foz no Córrego Cedro; por este água abaixo até sua foz no Ribeirão Pinhalzinho; e seguindo por este água acima até a foz do Córrego Bonfim, subindo por este até sua cabeceira; daí em linha reta e seca até o traçado da Estrada de Ferro, seguindo por este até a Estrada Jaborandy; seguindo por esta até o Ribeirão Piava, e por este água abaixo até a Estrada Cruzeiro do Oeste - Serra dos Dourados (PR-4), ponto de partida da presente descrição.

Art. 6.º — O Distrito Administrativo de HERCULÂNDIA, do Município de Umuarama, passa a ter as divisas seguintes: Iniciando na foz do Córrego do Bugre com o Ribeirão 215, pela sua margem direita, divisor do Município de Umuarama com o Município de Icaraíma, descendo por este até a desembocadura do Rio Ivaí, por este água acima em demanda à nascente até encontrar a foz do Córrego Indovaí, por este água acima em demanda à nascente até encontrar a foz do Córrego do Índio, subindo por este até a nascente, segue daí em linha seca, divisor dos lotes 72 da Gleba Barro Preto com o lote 99 da Gleba Ivaté até encontrar a Estrada (rodovia) que demanda de Herculan-

dia a Ivaté, e por esta até encontrar o divisor do lote n.º 1, da Gleba Barro Preto e o lote 98 da Gleba Ivaté, descendo em linha seca até encontrar a nascente do Córrego do Bugre, descendo por este pela margem direita até encontrar o Ribeirão 215, ponto de partida desta descrição.

Art. 7.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1980.

(a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ

JUSTIFICAÇÃO:

A documentação que acompanha o presente projeto é irretocável, no sentido de ilustrar as pretensões dos órgãos do Município de Umuarama e de fornecer elementos claros e convincentes ao legislador cuidadoso.

As exigências da Lei Orgânica dos Municípios, no que tange ao procedimento específico, foram rigorosamente cumpridas.

Trata-se, como se verifica da simples leitura do articulado, de retificar divisas de seis distritos administrativos, incluindo o da sede, do Município de Umuarama. Evidentemente, todos eles criados por lei, segundo indicação constante do Ofício 576,79—EMG., datado de 28 de setembro do corrente ano, através do qual o Chefe do Poder Executivo submete à Câmara de Vereadores, nos termos da Lei Orgânica, a representação objetivando exatamente a providência de que ora nos ocupamos.

As novas divisas, segundo expõe o ilustre Prefeito de Umuarama, no expediente que encaminha a esta Assembléia Legislativa, são impositivo dos desdobramentos dos Distritos Administrativos de Vila Alta e Roberto Silveira, bem como da criação do Distrito Administrativo de Ivaté, proposto em separado, importando ressaltar que as referentes aos distritos da sede e de Lovat decorrem do crescimento do perímetro urbano da Cidade de Umuarama.

Tratando-se de solicitação formulada pelo Executivo, com aprovação da Câmara, e fundada em justos motivos, espera-se unânime acolhida entre os nobres representantes do povo paranaense.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado David Federmann, inscrito. (Ausente).

Concedo a palavra ao Sr. Rosário Pitelli, inscrito.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Na qualidade de homem ligado à lavoura e representante de regiões agro-pastoris é quem renova, hoje, as suas preocupações com a maior fonte de riqueza agrícola capaz de impedir a volumosa saída de dólares do Paraná.

Vejamos que se não aumentar a produção do café, ainda teremos que importá-lo, fato que esperamos jamais venha ocorrer.

Se a produção de outros produtos também não crescer, teremos de importar, como, lamentavelmente já ocorreu com o feijão, o milho, a cebola, o alho, etc.

Mas, se não aumentarmos a produção de trigo, produção que ainda não nos torna auto suficientes, então teremos de agarrar essa moeda forte, que é o dólar, tão difícil de obtê-lo na área de exportação agrícola, e com o ouro da moeda forte pagar o trigo que não colhemos, porque não o plantamos nas áreas e no tempo necessário, mas que não o fizemos não por culpa nossa, mas porque o órgão responsável não deu ao Estado do Paraná as condições econômicas na oportunidade e na quantidade, ou importância precisa.

Devemos essa situação altamente preocupante aos fatores seguintes:

1) De um lado teme-se que a demora da importância a

ser fixada para o custeio do trigo poderá ser muito inferior ao que é efetivamente empregado, gerando o desestímulo do aumento de área para o trigo;

2) De outra parte, as especulações de que o PROAGRO para a safra de trigo ora a ser iniciada, cairá para os anteriores 80 por cento, quando o normal e convencionado é que o PROAGRO deve cobrir cem por cento das eventuais perdas, sem a obrigatoriedade de fixação de um preço mínimo de trigo que não acompanhe o aumento de tudo quanto é empregado ou investido na lavoura tritícola.

3) Mas, Srs. Deputados, outros dados oferecidos pelos estudiosos, garantem que se o Brasil pudesse produzir o dobro da atual safra, poderia também ter duplicado a utilização da mão-de-obra.

Há também distorção no posicionamento de membros do Governo, quanto à descrença que se levanta em torno da necessidade de produzirmos 54 milhões de toneladas de grão nesta safra. Na verdade a dimensão da safra nacional poderemos considerá-la ainda pequena, pois os Estados Unidos da América do Norte, para uma população de 220 milhões de habitantes, produzem mais de 300 milhões de toneladas de grãos.

Os soviéticos, por exemplo, para uma população maior, ou seja, de 264 milhões de habitantes, previam colher 240 milhões de toneladas, mas sofreram revezes e a produção deverá cair para 160 milhões de toneladas.

A Argentina, com uma população de 26 milhões de habitantes, colherá 31 milhões de toneladas de grãos.

Nós, brasileiros, para uma produção de 125 milhões de habitantes, colheremos este ano cerca de 50 milhões de toneladas. É fácil calcular, lamentavelmente, como é baixa a nossa produção.

Felizmente aqui no Paraná temos excelentes condições de produção e o Governo conta com um corpo técnico competente e institutos capazes de colaborar para que o Paraná seja de fato o maior exportador agrícola do Brasil, sem prejuízo de dar o melhor e mais amplo atendimento ao consumo interno, inclusive nas áreas de outros Estados, onde estão os maiores conglomerados de consumidores.

É pois, Srs. Deputados, com preocupação, mais conhecimento da situação real da agricultura, que pedimos sejam tomadas as medidas cabíveis para que de uma situação intranquila para os produtores, possamos passar, com o interesse dos órgãos competentes do poder público, para uma desejada situação de trabalho tranqüilo, na harmonia bem permissível entre os produtores e os altos escalões do Governo, igualmente objetivando aumentar a nossa exportação, sem, entretanto, exigir maiores sacrifícios, que esse não é o desejo ou o pensamento nem do Governo do Paraná e muito menos do Governo Federal".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao nobre Deputado Nilso Sguarezzi, inscrito.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Mário Celso, inscrito.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Faço hoje, aqui, um registro, uma denúncia contra algumas irregularidades que estão ocorrendo no Município de Almirante Tamandaré, mais propriamente na "Escola Lamenha Grande".

São irregularidades que prejudicam o ensino no Brasil; o ensino básico que está sendo já liquidado de forma cruel e violenta, ainda encontra um respaldo negativo nessas ocorrências dessa escola de Almirante Tamandaré.

Cito alguns dos itens de irregularidades:

A Escola de Lamenha Grande possui apenas duas salas de aula, sendo que em uma delas estudam 75 alunos, distribuídos desta forma: 28 alunos no período da manhã e 47 alunos no

período da tarde. A irregularidade: nesta sala de aula existem apenas 6 carteiras; 6 carteiras para 47 alunos. Os demais alunos sentam, escrevem e estudam no chão.

Outra irregularidade: embora existindo rede de energia em frente à escola, esta não possui iluminação. No ano passado os estudantes do período noturno contavam como fonte iluminadora, um liquinho; estudavam à luz do liquinho. Dentro de alguns dias, teremos o período do MOBILAL que será à noite, na mesma escola, devendo ser repetida a triste cena da iluminação na base do liquinho. Não existe rede de água, dificultando a limpeza do estabelecimento, e o pior, não existe um poço artificial para matar a sede dos alunos.

Os estudantes são obrigados a recorrer aos vizinhos. E a vizinhança, já cansada de atender aos apelos dos garotos, acabou por proibir a entrada desses estudantes em suas propriedades.

Desta feita, eles caminham uma, duas, três quadras, para buscar água em um bar. É realmente algo impressionante o que vem acontecendo nesta escola.

E o grande problema da falta de água se agrava mais ainda com a ausência de um sistema de esgotos. Os alunos que sentem necessidade de ir a um banheiro, ficam privados disso. Foi feito um buraco nos fundos da escola, sem nenhuma condição de higiene, já que não há escoamento.

É realmente uma barbaridade.

Nós estamos solicitando providências e, porisso, levamos a nossa voz desta tribuna, para que a população e também o nosso Governo tome ciência dessas irregularidades e que, através da Secretaria da Educação e Cultura, através da Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, venham a corrigir esses lamentáveis erros.

Fica a denúncia e também o alerta.

Vamos procurar acompanhar a tramitação dessa matéria, procurando, naturalmente, estabelecer um critério de fiscalização. Não vamos esmorecer e vamos pedir justiça para que, mais de centenas de alunos, venham a ter condições de estudar, porque já que eles estão cursando o primeiro grau, que é a base, a formação não só educacional como moral do indivíduo, ele tem que ter condições para o estudo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) No Grande Expediente, concedo a palavra ao Deputado Basílio Zanusso, inscrito. (Declina).

Havendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lázaro Dumont, inscrito.

Não se encontrando presente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz, inscrito.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, nobres Deputados.

A publicação de uma matéria no jornal "Paraná Repórter" que é o jornal da Cooperativa de Jornalistas do Paraná, do mês de fevereiro, número 01, criou um impacto na opinião pública e essa opinião pública evidentemente está inquieta.

São acusações contra o Governador Ney Braga, sobretudo graves, lastreadas em presumidos documentos oficiais.

Como quem cala consente, daqui há algum tempo todos poderão acusar o Governador, no caso do seu silêncio neste episódio, do que aqui está contido.

Não queremos criar nenhum clima hostil na Casa, apenas levando ao conhecimento aquilo que o Paraná já conhece, porque leu.

Mesmo a Oposição não se compraz em viver sob um governo cujo titular é acusado de tais atos e atitudes que entendemos ofensivos à dignidade do cidadão. Porque, afinal de contas, Ney Braga é o Governador de todos nós, paranaenses.

Aguardamos um pronunciamento do Sr. Governador com relação a estas acusações que passo a ler alguns tópicos:

"Há por certo inúmeros métodos de se ir galgando, de uma a uma, as posições do esquema. "Subir na vida", este é um

lema que arrasta muitos cidadãos a se lançarem numa corrida indômita, contra seus semelhantes.

Uns fundam uma casa hipotecária; outros preferem assaltar os cofres dos bancos, a mesma questão vista por dois lados.

Outros, ainda se lançam a toda sorte de especulação imobiliária, fundiária, Bolsa de Nova Iorque, "open market" e estes estão se dando bem.

Os que entram pelo cano são agiotas, estelionatários, larápios da pior espécie. São os personagens do capitalismo, uns ficam em eterna comilança.

A história desse homem, o personagem mais importante da cena política do Paraná, é um exemplo sublime de como se deve proceder para subir na vida e alcançar o poder.

Nossas crianças devem se mirar nele. Todos devemos seguir seu exemplo, pelo menos aqueles que desejarem ocupar seu lugar, foram cópias fiéis, filhos quase. E todos têm a sua história. Cada uma, uma variante do método Ney Braga".

Vou ler apenas os títulos e sub-títulos:

"Foi chamado de ladrão, quase cassado, quer ser presidente.

De como nosso homem — no caso Ney Braga — não sentiu vergonha e traiu o povo.

Continua a história: Ney dá o bote.

De como nosso homem deu o bote do incêndio.

De como nosso homem deu mais um golpe e aderiu ao golpe".

E aqui a manchete que estremeceu o Paraná. E é em função disso que nós sugerimos — não estamos impondo — ao Governador, que dê uma resposta à altura, em nome de todos os paranaenses.

"Ney é corrupto e corruptor.

Em fins de 1969, Ney Braga quase foi cassado. Esse fato quase foi condenado às gavetas da História e ao esquecimento.

O inquérito levado a fundo pela temível CGI — Comissão Geral de Investigação — extinta junto ao AI-5, apontava Ney Braga como corrupto ativo e passivo.

O minucioso relatório Ney Braga sempre foi considerado perigoso pela riqueza de informações que continha.

Publicamos também o relatório anônimo que deu origem às investigações sobre as práticas do então Senador paranaense.

Ney Braga recebeu um prazo de oito dias para sua defesa que deve ter sido muito convincente, pois até hoje o assunto não veio à baila.

"Paraná Repórter" recebeu o relatório secreto que recomendava a cassação de Ney Braga de uma alta fonte federal.

Mas, há anos que esse dossiê rola pelas redações de jornais e outros locais menos recomendados.

No dia 04 de dezembro de 69, o General Breno Perneta oficiava ao General de Divisão, Oscar Luiz da Silva. O primeiro General comunicava que sua missão começava a ser cumprida. Junto com a carta, o segundo General recebeu um relatório suscito, objetivo, de leitura dificultada por inúmeras cifras e nomes de empresas.

Os dois generais viviam fazendo relatórios. Ambos trabalhavam na Comissão Geral de Investigações — CGI. O General Oscar Luiz da Silva era o vice-Presidente da CGI, e o General Breno Perneta servia, sob seu comando, à frente de uma sub-comissão.

A missão da qual o General Perneta se desincumbiu com presteza, jamais veio à luz, classificada que foi de "confidencial". Nem sofreu o investigado qualquer consequência. Ao contrário, Ney Aminthas de Barros Braga é hoje o Governador do Paraná.

Nada porém, naquele Ofício de número 593/69, nos faria crer que a história tivesse esse final. O General Breno Perneta comunicava ao General Oscar Luiz que iria notificar oficialmente o Sr. Ney Braga, e mais, que as investigações continua-

riam, pois nem tudo estava ainda devidamente apurado. Ney Braga, segundo o General Perneta, estava incurso no Artigo 26 e seguintes do Regulamento aprovado pelo Decreto 64.203 de 17/03/69. Seus crimes compõem uma longa lista que começa assim: "corrupção ativa e passiva, dilapidação do patrimônio do Estado do Paraná e falta de exação no cumprimento do dever no exercício do cargo de Governador do Estado".

E novos sub-títulos: "deu as terras para o amigo, deu a rodoviária para a família, incentivou a corrupção e até a subversão, dinheiro para as comunas, rodoviária para o pai, leiloou tudo, traiu o cunhado". O outro relatório: "Pior que Moisés Lupion. Corrupção miúda e grossa também."

Reportagem contida no jornal "Paraná Repórter", vendido nas bancas das principais cidades do Paraná, da Cooperativa de Jornalistas de Londrina.

Em função desta matéria, é que voltamos a sugerir ao nosso Governador uma tomada de posição, porque entendo que são acusações gravíssimas contra o homem que governa este Estado e que criou, pelo menos em Londrina, minha cidade, posso afirmar, uma inquietação. Criou o impacto diante da opinião pública, porque esses jornais eram expostos nas bancas e foram vendidos.

Então nós, evidentemente, aguardamos um posicionamento do Sr. Governador com relação a esta gravíssima acusação de corrupção ativa e passiva. São documentos divulgados pela CGI e incluídos nesse número do "Paraná Repórter". Não há acusação direta deste Parlamentar, e sim expondo o que o jornal noticiou, o jornal de linha alternativa que está sendo perseguido em Londrina, quer pelo Governo do Estado, e agora pelo mais novo vassalo, o novo súdito do rei, o Prefeito Antônio Cassimiro Belinati.

Nós sabemos que a partir desta leitura, desta tribuna, a pressão vai se triplicar em cima desses valorosos jornalistas de Londrina e do Paraná, mas o "Paraná Repórter" não tem medo de comprar uma briga como esta.

Porque, é preciso também deixar uma coisa bem clara. Quando se fala em Governador, todo mundo tem medo. É um homem comum, como qualquer um de nós, mas há um medo, um temor, um pavor terrível se levantar o nome de um homem, um pedido de informações. Eu não vejo porque. É um homem até afável, sensível a apelos, no trato é cavalheiro. Eu não vejo a razão para esse temor, como normalmente se faz em pedidos de informações nesta Casa e que se rejeita. Não há porque se esconder a verdade.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte? O SR. FIORI LUIZ — Pois não. Com toda a satisfação, concedo aparte ao nobre, brilhante e ilustre Líder do PDS.

O Sr. Erondy Silvério — Não, agradeço a Vossa Excelência, mas dispense os adjetivos, porque eu não sou brilhante. Eu sou um Parlamentar atento ao comportamento dos homens, principalmente aqui nesta Casa e também quando os homens que estão hoje nesta Casa, exerceram funções no âmbito municipal em Londrina, ou pelo menos receberam dos cofres públicos, da municipalidade londrinense.

Atenho-me muito ao comportamento dos homens, especialmente nesse setor, principalmente aqueles que ganham sem trabalhar, aqueles que recebem dos cofres públicos e jamais compareceram ao expediente.

Mas, não vou entrar no mérito das acusações que este jornal traz hoje, do qual Vossa Excelência traz hoje ao conhecimento da Casa. Porque a figura do Governador do Estado e a figura política, a figura administrativa do Governador Ney Braga é sobejamente conhecida do povo do Paraná. Um homem que sempre disputou, é a primeira vez que exerce um cargo por indicação, os outros conquistou nas urnas pela vontade soberana do povo do Paraná.

Portanto, não será o pensamento de alguns repórteres, de alguns diretores de um jornal novo, que naturalmente quer

fazer do sensacionalismo uma arma de venda para que possa pelo menos desencalhar das bancas, que vai denegrir a figura exponencial do administrador que foi Ney Braga.

Essas acusações que Vossa Excelência traz à Casa, se fossem verdadeiras, ele não seria Governador do Paraná, estaria cassado. Porque a honra do homem é como balde d'água; coloca-se dez litros de água num balde, transfere-se para outro vasilhame sempre tem os dez litros mas, na hora em que este vasilhame entornar, pode-se sair com pano, com esponja, que não recolhe mais dez litros, recolhe, quando muito, a metade.

Então, o homem público geralmente é atacado. Atacado na sua honra pessoal, na sua honorabilidade, enfim, na sua maneira de se conduzir na vida pública.

E não quero me ater a esse aspecto, dessas acusações gratuitas e infundadas do jornal, que Vossa Excelência traz, hoje à falta de outro assunto, traz ao conhecimento da Casa.

Quero apenas me ater ao episódio em que Vossa Excelência diz que esta Casa tem medo do Sr. Governador do Estado e por isso rejeita os pedidos de informação.

Vossa Excelência está enganado. Aqui ninguém tem medo de ninguém, e a prova disso é que Vossa Excelência está extravazando toda mágoa, todo o despeito do Partido de Vossa Excelência, por ter perdido o Prefeito de Londrina, que escolheu livremente o seu caminho, que até ontem era bom, que até ontem era excelente, que até ontem era o maior do mundo, era um dos esteios do MDB, e que hoje não presta mais.

Então, isto é próprio do gênero humano, isto é próprio da condição humana, o despeito, a mágoa, a inveja e o ciúme, são sentimentos inerentes ao ser humano, e Vossa Excelência está extravazando esses sentimentos, repugnantes, por sinal.

Então, não quero me ater ao episódio Ney Braga e nem fazer a defesa do Prefeito de Londrina; ele deve ter tido as suas razões para escolher o caminho que escolheu; só sei que ontem ele era bom, prestava, era excelente, hoje não presta mais. Se tivesse permanecido no MDB, no PMDB, seria o mesmo bom Prefeito de ontem.

Mas esta Casa não tem medo de ninguém, nenhum dos Srs. Deputados aqui têm medo. Se os pedidos de informações são rejeitados neste Plenário, é porque na maioria são absurdos, são pedidos de informações que têm sentido político e esta Casa é uma Casa política, é uma Casa comandada pela maioria, e Vossa Excelência sabe que a maioria vence, e a minoria se convence. Nós estamos exercitando o direito de maioria, de rejeitar aquilo que não nos parece digno de ser aprovado. Então, não há medo nenhum.

Era este o reparo que queria fazer a Vossa Excelência, e nem o Sr. Governador é um homem truculento, é um homem de meter medo em quem quer que seja; ele apenas é uma figura humana que está aí exercendo seu mandato pela segunda vez, com brilho, dignidade, e principalmente, com honestidade.

As acusações que este jornal faz, caem por terra até a mais simples, e principalmente sobre o problema da Estação Rodoviária de Curitiba, que eu falo de cadeira, porque se Vossa Excelência for na Estação Rodoviária, for ao Mercado Municipal, construídos na gestão extraordinária do então Prefeito Ney Braga, Vossa Excelência vai verificar que lá, na placa comemorativa à inauguração, está meu nome, que era então Vereador na Cidade de Curitiba, oposição ao Prefeito Ney Braga.

Está lá meu nome, na placa comemorativa da inauguração da Estação Rodoviária. E eu conheço bem como ela foi construída, conheço bem a quem foi dado explorar, conheço a firma que construiu, conheço o concessionário dos boxes da estação; passou pelo crivo da Câmara Municipal e eu, como homem da oposição, fui o Presidente da Comissão que exarou o Parecer na concessão de venda dos boxes da Estação Rodoviária de Curitiba, da primeira Estação, portanto.

Este episódio, eu conheço bem, e por ele, faço uma conclusão das mentiras e calúnias contidas neste jornal que Vossa

Excelência leu.

Mas, agradeço este longo aparte, a gentileza por ter concedido o aparte, que tinha, como único objetivo, dizer a Vossa Excelência que esta Casa faz uso de seu direito; a maioria do PDS desta Casa faz uso do seu direito de análise das matérias que aqui são apresentadas e apreciadas, rejeitando as inúteis e dando guarida àquelas que realmente vêm trazer alguma colaboração ao povo paranaense.

O SR. FIORI LUIZ — Tanto foi falta de assunto que nos trouxe à tribuna, como afirmou o nobre Líder do PDS, de que esta matéria não merece análise, que o senhor se prolongou por dez minutos, falando sobre este assunto que trouxemos à tribuna.

Quer dizer que não é assunto vazio, não é falta de assunto e nem é sensacionalismo.

O sensacionalismo partiu da CGI, do General Breno, do General de Divisão, Oscar Luiz da Silva, pelos documentos que aqui estão.

Com relação à minha posição quanto ao Prefeito de Londrina, deste Deputado não, nobre Líder do PDS. Nós sempre fizemos oposição e sabemos o motivo da mudança. Sabemos.

O Sr. José Tavares — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado, eu, como Vossa Excelência, que temos a honra de representar Londrina nesta Casa pelo PMDB, partido da Oposição, não poderia ficar alheio diante do assunto que Vossa Excelência aborda nesta tarde, aqui na Assembleia Legislativa do Paraná. Realmente, Londrina aguarda um pronunciamento do Sr. Ney Braga, diante das acusações gravíssimas que este jornal noticia.

Não são acusações levianas, não; são acusações afirmativas, são com base em documentos e depoimentos da CGI. São acusações de corrupção. Aí, em determinado momento, diz que Ney Braga é corrupto e corruptor. E Londrina, onde este jornal mais circulou, porque a circulação dele é reduzida, realmente a comunidade londrinense espera que o Sr. Governador do Estado, General Ney Braga, diga alguma coisa a respeito disso. Porque esta máxima "quem cala consente", tem uma grande profundidade de razão.

Posso testemunhar de que o povo de Londrina aguarda um posicionamento, aguarda a palavra do Governador Ney Braga diante destas gravíssimas acusações à sua pessoa.

Com relação ao aparte do nobre Líder da maioria nesta Casa, de que a mesma exerce um direito natural, por ser maioria, de rejeitar pedidos de informações, de que estes pedidos rejeitados normalmente o são porque são inúteis, indagaria ao nobre Líder se um pedido que este Deputado fez, no ano passado, ao IPE, buscando esclarecimentos em torno da situação dos pensionistas do Estado, se era um pedido de informação inútil?

O pedido que fiz também no início da legislatura do ano passado, onde se buscava esclarecer indícios veementes de desvio de materiais de construção de um prédio altamente desnecessário, que foi construído para a sede da ACARPA, hoje EMATER, e onde também havia indícios, também veementes, de corrupção, durante a construção daquele edifício, na gestão do ex-Governador Jayme Canett.

Indago ao nobre Líder, se fatos como este, se pedidos de informações como este, são pedidos inúteis, já que esta Casa é uma Casa política e ela é composta por homens que representam o povo. E nós, na condição de representantes do povo, queríamos saber da veracidade desses fatos.

Portanto, se pedidos de informações como este foram inúteis, então acho que é inútil a nossa presença aqui nesta Casa, nobre Deputado.

Apenas para concluir. Quero ser também testemunha, ser advogado de defesa de Vossa Excelência, no episódio com relação ao Prefeito de Londrina. Vossa Excelência sempre fez

oposição ao Prefeito Antônio Belinati. Recordo-me muito bem, talvez o único Vereador do MDB de Londrina, que fez oposição ao Prefeito Belinati, foi Vossa Excelência.

E oposição, até certo ponto, radical. Portanto, Vossa Excelência não está falando hoje do Prefeito, porque ele passou para o PDS. Ele tem realmente as razões dele, e nós sabemos quais foram as razões que o levaram a passar para o PDS.

Mas, a bem da verdade e para que fique registrado nos Anais desta Casa, Vossa Excelência sempre fez oposição a ele, e não somente agora.

O SR. FIORI LUIZ — Obrigado, nobre Deputado José Tavares.

Eu vou além.

Uma das metas do golpe militar de 64, ficou só no papel. O que convencionam chamar de Revolução, tinha um plano prioritário: exterminar com a corrupção neste País. Hoje, passados 16 anos, a corrupção é um mar de lodo, a invadir todos os gabinetes oficiais em todos os níveis, federal, estadual e municipal.

O Brasil é o cabeça chave neste grupo latino-americano da corrupção. Nem Cuba, nem Nicarágua dos velhos tempos, superaram o nosso País nos pontos ibopeanos do roubo oficializado. Hoje, Cuba, Nicarágua, e porque não dizer o Irã, não enfrentam mais este tipo de problema.

No Brasil o roubo oficializado atinge piques dignos de um show de vida. Se o movimento de 64 prometeu acabar com a corrupção neste País, convenhamos: está com algumas horas de atraso. A seriedade evaporou; a honestidade, deteriorou; a decência foi para o lixo neste País. Dos altos esquemas palacianos, até aos menos rendosos, em Prefeituras Municipais, a corrupção é uma só, variando de métodos e cifras.

Hoje, neste País, o corrupto está no mais alto pedestal. E, via de regra, é colunável. É matéria obrigatória nas tevês, rádios e jornais. Estão os Ministros a dar o exemplo; o Governador de São Paulo e tantos outros.

Como existe o esquadrão da morte para liquidar os coitados dos assaltantes que assaltam para roubar e para comer, é preciso se implantar neste País um esquadrão da morte para acabar com os corruptos, que é o grande mal deste País que todos nós amamos. É o câncer deste País. E o golpe militar de 64, foi feito com duas finalidades: acabar com os subversivos e a corrupção, mas eles continuam na caça às bruxas, atrás de subversivos e comunistas.

Mas, a corrupção, começa lá no Palácio do Planalto, e desce de norte a sul, neste País. É o lodo podre, vergonhoso. É preciso se criar um esquadrão da morte para aniquilar, liquidar com os ladrões deste País. Nunca se roubou tanto nesta América Latina, como se rouba aqui no Brasil; e roubo oficializado, desde os dez por cento para empreiteira de prefeituras, até Governo do Estado, até Ministérios. Como é que podemos exigir a democracia, lutar por direitos neste País, quando não há seriedade, não há honestidade no trato da coisa pública? Onde cada um manipula o dinheiro para o seu bolso e as contas na Suíça estão lá, para provar que os nossos homens públicos o que sabem é roubar o nosso dinheiro, o dinheiro do povo.

E eu ficaria contente, se ao invés do esquadrão da morte no Rio aniquilar os pobres dos coitados que roubam para matar a fome, liquidassem de vez com todos os corruptos neste País, começando lá em cima, em Brasília.

la faltar bala, disso eu tenho certeza; ia faltar paredão para encostar estes ladrões oficiais.

Obrigado, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado

Francisco Escorsin, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constantes do expediente. Necessitam de apoio. — **Apoiados** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO 2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 138/79 de autoria dos Deputados FABIANO BRAGA CÔRTE e AIRTON CORDEIRO, que institui no Estado do Paraná, através da Secretaria de Cultura e Esportes, o Concurso de Fanfarras e Bandas. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, acho que não há "quorum" para votação da matéria da Ordem do Dia.

Portanto, solicito a Vossa Excelência a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de "quorum".

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere e solicita ao Sr. 1º Secretário a chamada nominal para verificação de "quorum".

(É procedida a chamada nominal).

Responderam à chamada nominal, 38 Srs. Deputados.

Há "quorum" para prosseguimento da sessão.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 173/79, de autoria dos Deputados ANTÔNIO FACCI e GABRIEL MANOEL, que inclui no Art. 73 da Lei nº 7051, de 04/12/78, parágrafo com redação que especifica. (Regula matéria relacionada com o pessoal da Coordenação da Receita do Estado - CRE). Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — Em regime de urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sobre a mesa, expediente firmado pelos Srs. Deputados Mário Celso e Domício Scaramella, indicando o Deputado Adalberto Daros para Líder do Bloco Trabalhista nesta Casa. — **Ao Departamento Legislativo, para anotar.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Atualpo Thomáz, ocorrido em Jesuíta. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Cláudio Barrocal, ocorrido em Iracema, Formosa do Oeste. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Lopes, ocorrido no Distrito de Iracema, Formosa do Oeste. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do escritor e político José Américo de Almeida, ocorrido no Estado da Paraíba. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Adinei Gonçalves Cordeiro, ocorrido na cidade de Paranaguá. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitel-

li, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Irmã Pia Gioconda Vieira. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Delegado Regional da SUNAB, encarecendo rigorosa fiscalização na distribuição do leite. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, visando a inclusão da Estrada de Florestópolis - São Joaquim, no Plano Estadual de Asfaltamento. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex aos Ministérios da Agricultura e Planejamento, encarecendo a extinção do Imposto Sobre Exportações de Soja e grãos, óleo de soja e farelo de soja. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministros da Fazenda e Agricultura, bem como ao Sr. Secretário das Finanças, propondo a redução do ICM incidente sobre a carne bovina. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Engenheiro João de Oliveira Franco Filho. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Ismênia Antonioli Grassano, ocorrido em Arapongas. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Chefe da Casa Civil, consubstanciado em pedido de informações sobre a campanha publicitária que veiculam as realizações do Governo. — Em votação.

O SR. FIORI LUIZ — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Já observamos a disposição da valorosa bancada do PDS em rejeitar o nosso requerimento.

Seria esse um pedido inútil, sem fundamento, Sr. Presidente?

Temos as autorizações para os veículos. Não vamos parar aqui. Entendemos que é preciso esclarecer a opinião pública desses gastos: custo de produção, veiculação, qual o montante. Porque, vivemos dez anos dentro de uma televisão, inclusive dois anos no setor comercial, e queremos saber sobre a mídia e as autorizações a esses veículos. Porque, ficamos sabendo que uma rede de televisão, no Paraná, teria utilizado a Tabela 2 e já temos esses documentos.

É um montante que passa dos dez milhões de cruzeiros para que os Secretários possam, diariamente, nas oito televisões do Paraná, mostrar o que fizeram e o que farão.

Nada mais justo que haja essa divulgação. Mas entendemos justo também que a opinião pública, e nós Deputados, sejamos inteirados desses fatos; de onde se canaliza a verba, quem montou, quem participou da comissão julgadora. Enfim, nós, como representantes do povo, temos que receber essa massa de informações.

Não acho um pedido inútil, não. São coisas de dez, doze milhões de cruzeiros.

Acho que deve existir o bom senso. Porque, não é um pedido inútil, é uma prestação de contas. O dinheiro tem que

sair de algum lugar, é dinheiro do povo, de todos que pagamos imposto.

E não vamos parar, e mesmo que nosso pedido seja rejeitado, temos a metade da documentação aqui. E vamos entregar um por um, qual a agência que fez, porque foi usada a Tabela 2 como saiu a verba, qual o preço por estações que são terceiras colocadas no IBOPE, pagando a metade menos aquelas que são segundo colocadas.

Não vou parar, não. As coisas têm que vir à tona, à luz da verdade nesta Casa.

Não se pode escamotear a verdade; não se pode ter medo e ter pavor de um pedido de informações.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador). O SR. AIRTON CORDEIRO — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A impressão que tenho é que, em grande parte, as preocupações do Deputado Fiori Luiz podem ser perfeitamente desmanchadas, se houvesse um conhecimento pleno da própria estrutura de comunicação do Governo do Estado. Como Sua Excelência se preocupa, por exemplo, do fato de saber quem julgou, Sua Excelência deveria saber que existe um Conselho de Comunicação Social do Poder Executivo, composto por profissionais do rádio, jornal, televisão e publicidade, dos mais competentes, um Conselho de Comunicação, que tem como atribuição específica, exatamente este tipo de trabalho.

Por outro lado, deve o Deputado Fiori Luiz saber também que a veiculação desta campanha publicitária, aliás elaborada com muito bom gosto e com um alcance bastante significativo, obedece a critérios absolutamente técnicos, uma mídia técnica feita exatamente por este conselho de comunicação do Poder Executivo.

Creio que há um erro de enfoque, que há uma distorção na colocação feita pelo Deputado, autor do requerimento, ora em tramitação nesta Casa, porque quem pretende escamotar a verdade, não procura se comunicar com a opinião pública, e esta é uma campanha que tem por finalidade levar ao grande público paranaense, fatos que ocorrem na administração estadual e que são verdadeiros, que podem ser constatados pelo manuseio mais simplista dos relatórios que foram elaborados pelas Secretarias de Estado setorialmente e que são relatórios de amplo domínio público, trazidos inclusive ao conhecimento da classe política, porque as reuniões são abertas, livres, no Edifício Castelo Branco, aqui, em Curitiba.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, parece-me que o Deputado autor do requerimento objeto desta apreciação, na verdade, busca encontrar no arrazoado deste seu requerimento, algum motivo, para assumir também um posicionamento político, e eu até posso dizer que compreendo isto, porque há pouco vi o Deputado Fiori Luiz se socorrer da divulgação feita em Londrina, por um órgão recente da imprensa londrinense, que um fato que sequer foi levado em conta pela Comissão Geral de Investigações, porque tudo foi arquivado por falta de provas. E isto não me causa nenhuma estranheza.

Manifesto, Sr. Presidente, o meu voto contrário à aprovação deste requerimento, por duas razões:

a) a primeira delas, porque o Conselho de Comunicação Social do Poder Executivo é integrado por profissionais companheiros nossos da melhor qualidade moral, técnica e profissional, e porque nós confiamos que a aplicação de recursos nesta campanha é necessária, para que a população paranaense possa ser alertada para eventuais, para possíveis pontos de estrangulamento na prestação de serviços públicos e servindo como um alerta para a própria administração estadual.

Muito obrigado, Senhor Presidente. *(Sem revisão do orador)*

O SR. PRESIDENTE *(Fabiano Braga Cortes)* - Em votação.

O SR. NELTON FRIEDRICH - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE *(Fabiano Braga Cortes)* - Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Nilton Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Pretendia votar contra este requerimento. Na verdade, a nossa intenção de manifestarmos-nos contrariamente ao requerimento do Deputado Fiori Luiz, estava estritamente ligada a uma questão que permanece aberta. Há mais de 8 meses, esta Casa aprovou requerimento de Waldyr Pugliese no sentido de que o Governo do Estado do Paraná informasse, respondesse quanto que o Estado do Paraná pagou para que S. Excelência, o General Ney Braga, usasse horas perante o vídeo, numa cadeia em todo o Estado, respondendo a perguntas dirigidas por contribuintes, e por parcela da população, a Casa aprovou requerimento do Deputado Waldyr Pugliese, solicitando informações sobre o custo daquela veiculação através da televisão.

Até hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, até hoje não veio a resposta ao requerimento desta Casa. No momento que a Casa aprovou aquele expediente, cada Deputado do Estado do Paraná é que estava pedindo e a desconsideração de S. Excelência o Governador do Estado, depois de oito meses passados de não responder, na verdade ofendeu e menosprezou cada um dos Deputados desta Casa. Por esta razão, Sr. Presidente, fazer mais um pedido agora, porque nós temos que assistir na televisão a xaropada do Governo Federal de S. Excelências os Srs. Ministros dizendo que o ano de oitenta é o ano das soluções miraculosas, definitivas e decisivas. De repente, o Estado vem com todo seu Secretariado ampliando esse medicamento intensivo de xarope, dizendo que se fez isso, se fez aquilo e se fez aquele outro. De repente, o Secretário da Indústria e Comércio diz de toda ajuda a pequena e média indústria, ao pequeno e médio comerciante, do pró-micro e no outro dia o Estado do Paraná recebe a manchete do aumento das falências e concordatas principalmente das pequenas e médias empresas.

Não se mente não, se escamoteia Deputado Fiori Luiz. Sr. Presidente, eu fico satisfeito de saber que ao que tudo indica, a bancada do Governo nesta Casa votará contra o seu pedido, isso já é normal. Esse seu pedido, Deputado Fiori Luiz, é inconseqüente, é leviano como disse há pouco o líder da maioria. É leviano porque gastar com o dinheiro do povo, a que custos custou esta veiculação? Só isto que nós queremos saber. E até por um respeito à Constituição, por um respeito à institucionalidade deste País, com respeito aos poderes harmoniosos independentes, nós precisamos saber, porque nós do Poder Legislativo também teríamos direito, de usar os mesmos horários aos mesmos custos. Mas se repete o que nós já vimos no ano passado. Se repete o que já aconteceu em outros anos e nós não teremos portanto a aprovação de um mero requerimento pedindo ao Sr. Luiz Alberto Gomes, Chefe da Casa Civil do Governo sobre a campanha publicitária que veicula o Governo nas realizações do mesmo. Será que é tão difícil, será que compromete tanto assim a imagem de S. Excelência o Sr. Governador do Estado, nós sabermos quanto que custa um minuto, dois minutos três minutos? E o pior que o telespectador liga num canal passa para o outro, e passa para o outro e está em todos.

Então basta saber o valor, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que se informe quanto que custou, se realmente os critérios foram técnicos, sérios, se os critérios para escolha deste ou daquele canal, se os custos dos respectivos canais

efetivamente foram equânimes. Afinal, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o dinheiro não é dos Deputados da Arena com roupa nova do PDS, o dinheiro não é dos Secretários de Estado, o dinheiro não é de S. Excelência o Sr. Governador do Estado, mas lá tem um pouquinho do dinheiro de cada paranaense, então, por direito, e eu acho que por obrigação já, o Paraná precisa saber se o colorido daquelas imagens veiculadas custou ou não custou? E se custou qual é o valor desse custo.

Sr. Presidente, eu que votaria contra no início porque pouco vale se aprovar mais um requerimento, se já tem um há oito meses nas gavetas palacianas, do Deputado Waldyr Pugliese, esse também terá o mesmo destino. Mas votarei com o ilustre Deputado Fiori Luiz no requerimento, sabendo que a maioria aí está, para dizer mais uma vez sim, Sr. Governador!

Vamos atender e vamos deixar de dar conhecimento ao Paraná do que o Paraná precisa saber. Mas, oxalá, Deputado, amanhã haverá de ser outro dia! *(Sem revisão do orador)*

O SR. ERONDY SILVÉRIO *(Para encaminhar a votação)*

Sr. Presidente, mas para uma questão de análise que possam fazer amanhã nos Anais desta Casa, é que estou pedindo a palavra para encaminhar à votação deste pedido de informações. Para que os Anais não registrem a indelicadeza do Deputado que me antecedeu da tribuna, quando afirmou que eu disse que os pedidos de informações eram levianos.

Uma questão de enfoque, como ele gosta muito bem de usar este termo. Uma questão de enfoque. Apenas afirmei, nesta Casa, que era um direito da maioria de analisar os pedidos de informação da Oposição, da Minoria. E quando os considerasse inúteis ao povo do Paraná, os rejeitaria sempre.

Não afirmei e não coloquei todos na coluna dos inúteis. Apenas disse que a maioria se reservava o direito de rejeitar os requerimentos inúteis. Este é um requerimento inútil.

Armou um teatro para assistência aqui, o nobre Deputado Nilton Friedrich. Para aqueles que não conhecem o funcionamento do Poder Legislativo. E nesta altura dos acontecimentos, ou S. Excelência é um bom ator ou ele também desconhece o funcionamento, a mecânica do Poder Legislativo; porque a principal função do Deputado é uma análise das contas governamentais. É o exame acurado da proposta orçamentária, a proposta que esta Casa analisa através de uma Comissão Especial, e que vota favoravelmente, dando ao Sr. Governador do Estado os instrumentos necessários para administrar a coisa pública. E desta administração, da execução deste orçamento, a principal função do Deputado desta Casa não é fazer teatro para a assistência, nem investir contra a honra alheia, mas, analisar, acuradamente, cada documento de despesa, para verificar se efetivamente obedeceu a proposta orçamentária, se obedeceu o ritual da lei.

Isto a Oposição não faz jamais. Duvido, Deputado da Oposição, que tivesse aberto uma prestação de contas do Sr. Governador, de todos os Governadores. Ninguém. O Deputado Nilton Friedrich talvez nem saiba o que seja uma prestação de contas. Aí, sim, deveria exercer o seu mandato, o mandato que lhe conferiu parcela do povo paranaense, analisando documento por documento. Isto não ocorreu, porque ninguém se dá ao trabalho de cumprir com o seu dever.

É muito mais fácil vir à tribuna fazer demagogia, lançar calúnia contra homens de bem se valer de : publicações de um novo jornal que quer firmar-se na opinião pública investindo contra a honra de homens de bem. Um jornal que publica documentos que não foram como bem disse o Deputado Airton Cordeiro, sequer levados em conta; não apresentaram provas. Porque é muito fácil chamar alguém de ladrão, difícil é provar.

Vem um outro nobre Deputado da Oposição dizer que o Governador tem obrigação de prestar contas ao povo

do Paraná a cada instante, a cada minuto, da sua administração. Porque ao Povo de Londrina? Porque não ao Paraná? Apenas porque um jornal, recém saído, recém editado, investe sem provas...

O SR. FIORI LUIZ — (Pela ordem)

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Sr. Presidente, eu estou com a palavra.

O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Cortes) Com a palavra o nobre Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Sr. Presidente, o Sr. Governador não está na obrigação de responder acusações gratuitas, porque eu sempre me vali dos provérbios populares, que encerra a sabedoria do povo: - E me lembro muito bem daquele que diz: - "se eu passar pela rua e o cachorro me morder o pé, eu não vou morder o rabo do cachorro".

Então eu acho que acusações gratuitas infundadas, que servem apenas para denegrir a reputação alheia, não podem ser levadas em consideração. - (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Cortes) - Em votação.

O SR. DENI SCHWARTZ — (Para encaminhar a votação). - (Assentimento) - Sr. Presidente, tenho comigo que de nada adiantam estas discussões. Mas ficará muito mal esta Casa dizer que os Srs. Deputados, não do PMDB, mas os Deputados das duas bancadas, não examinam contas.

Eu mesmo, Sr. Presidente, tive a oportunidade de examinar todos os documentos da prestação de contas do eminente Governador Parigot de Souza. Lembro de outros Deputados que pedindo vistas na Comissão de Constituição e Justiça, conseguiram verificar as contas de outros Governadores. Agora quero desafiar o ilustre Líder da Maioria desta Casa e do PDS, para que verifique, exatamente, quem está escondendo as contas dos outros Governadores? Contas que passam três anos nas mãos da Presidência da Comissão de Tomadas de Contas. E que para esconder as falcatuas que se cometem neste Estado, não vêm para o Plenário; não vão para a comissão. Está o repto, Sr. Presidente, que Vossa Excelência providencie para saber, nas mãos de quem estão as prestações de contas desta Casa, ou do Governo? É por isto, Sr. Presidente que eu estou elaborando um projeto de lei, pedindo, simplesmente, a extinção do Tribunal de Contas, porque não há razão de ser, um tribunal nomeado pelo próprio Governador, para examinar as suas contas.

Não há razão, Sr. Presidente, de vermos os Galaxis, enquanto o Sr. Governador, a bem da verdade, anda de Chevette na rua, dando exemplo de economia, os Galaxis, do Tribunal de Contas, ficam infestando esta cidade. Que razão tem o Tribunal de Contas, se aqui a maioria esconde os processos de prestação de contas, que o Tribunal é obrigado a mandar até meados de cada ano.

A bem da verdade, Sr. Presidente, é bom que se saiba, que relapsos não são estes Deputados que aqui sentam e sim aqueles que presidindo a Comissão de Tomadas de Contas, não as enviam para exame das demais comissões. E ademais, Sr. Presidente, acho inútil esta discussão. Porque requerimentos aqui têm sido aprovados por unanimidade, com elogios até e eu sou autor deles. É por isso que tomei outra decisão, Sr. Presidente. Tenho procurado não discutir mais aqui. Em meados do ano passado, pedimos e tivemos a honra de receber de toda a bancada da Arena, o apoio, com elogio do Deputado Túlio Zanchet, para o requerimento que fizemos à Sanepar. Este requerimento foi aprovado por unanimidade e até hoje, Sr. Presidente, não veio a resposta. Eu não vou mais pedir. E não irei pedir, porque eles não precisam prestar contas a nós. São as autoridades que pensam mandar no Estado. Mas quero alertar à Casa que também tomei uma solução. A solução é a seguinte: Mandeí distribuir na minha cidade e fiz uma entrevista no rádio, simples e puramente dizendo o seguinte: - Cuidado, a Sanepar está roubando do teu bolso, consumidor. A

Sanepar é ladra; o Governo é ladrão, porque não presta contas. É a única coisa que sobra para nós Deputados, representantes do povo. É a única coisa, porque se nós não temos informações, se as contas são escondidas na Comissão de Tomadas de Contas, o que fazemos? Levantarmos? E é com grande mágoa, Sr. Presidente, que eu vejo estar estampada, neste novo jornal de Curitiba, com grande mágoa, Sr. Presidente, que na primeira página deste jornal de hoje, eu vejo a minha fotografia. Está aqui, Sr. Presidente. Não gosto de aparecer em primeira página, como se fosse um assassino ou coisa parecida, mas é uma denúncia sobre o INPS, denúncia nascida nesta Casa, mas sem resposta.

Porque, assim, hoje se criou uma nova escola. É o Sr. Paulo Maluf um amoral, nem imoral não é, amoral, a dizer, voltando ao velho refrão ademarista: "Roubo, mas faço".

É isso de que vive o Brasil.

Por isso, Srs. Deputados, não me chamem de subversivo, amanhã, porque acho que a única arma que nos resta é a guerrilha verbal, guerrilha que estamos levando ao interior, dizendo que este Governo está roubando, e o diremos enquanto não recebermos respostas que nos satisfaçam. - (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE - Em votação.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Sr. Presidente, para que os Anais da Casa registrem, ou melhor dito, não registrem de que houve mudanças, porque as mudanças realmene não houveram.

Eu desejava, inclusive, Sr. Presidente, estar enganado, quando argumentava e dizia que a reforma partidária não trouxe mudança nenhuma. Foi um fogo montado em cima para o continuismo. Nada mudou; continua-se votando contra pedidos de informações. Mesmo tem-se a coragem de dizer que Deputados não examinam as contas, mas as informações são negadas, quando estes têm interesse em examiná-las.

Nada mudou, nem a Mensagem do Governador, o General Ney Braga, quando aqui esteve nesta Casa, sua Mensagem inaugural não mudou, porque nessa Mensagem dizia ele que tinha dado ordem a todos os Secretários de Estado, para que realmente abrissem as portas à imprensa, e tornassem público todas as coisas que ali aconteciam.

No entanto, a bancada do General Ney Braga insite em negar as informações.

É a contradição. São palavras que se fumam. São palavras, meramente palavras.

Os fatos realmente demonstram que tudo está acontecendo ao contrário.

É interessante saber que é inútil um requerimento que pede informações; inútil para o povo, inútil para o Deputado. Inclusive argumenta-se que não é função do Deputado acompanhar e fiscalizar as ações do Executivo. Porisso, nega-se informações.

Eu pergunto, ainda, então, o que nos resta fazer, a nós Deputados? Fazer o papel que o Governo nos impôs, de sermos assistentes sociais, muito bem remunerados e mal-preparados?

Será que o Deputado está aqui unicamente para dar passagens, para fazer internamentos, ou o Deputado realmente está aqui para defender o povo contra os abusos do Executivo, contra os desmandos?

Essa é a pergunta que fica.

Não sei qual é a minha função dentro desta Casa. Porque tudo continua igual; continua a bancada majoritária negando as informações, votando em questão fechada. Nada mudou.

Esse é o meu protesto e também tomo agora, de

agora em diante, a posição que acabam de defender companheiros da nossa bancada: não resulta mais pedir informações.

Também este expediente está sendo negado aos Deputados. Não resulta mais, é inconveniente, inclusive é desgastante, que o time do "Amém" sempre haverá de negá-los.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. NESTOR BAPTISTA — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE — Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, há pouco encaminhava o Deputado Airton Cordeiro, com bastante atenção, e confesso que as palavras brilhantes desse autêntico líder do ARENÃO, aqui no Sul do Paraná, quase me convenceram.

Porque foram palavras bem colocadas, destacando, como sempre, a seriedade dos homens que fazem a comunicação social do Governo. E que, em se tratando de gente séria, de homens de conduta ilibada, naturalmente suas atitudes deveriam ser também sérias.

E, por isso mesmo, não há porquê não se acatar o requerimento do Deputado Fiori Luiz.

Porque a campanha, a múltipla campanha — diga-se de passagem — colocada em todo o Estado do Paraná, nada mais faz do que trazer inverdades para a população.

E os exemplos estão aqui, dentro desta Casa.

Na Secretaria de Indústria e Comércio, onde tive a oportunidade, no ano passado, de comparecer com o Deputado Cyro Martins, fizemos inúmeras explicações. E, naquela oportunidade, fazia uma pergunta ao Sr. Secretário a respeito das falências das médias e pequenas empresas do Paraná. E respondeu-me o Secretário, que era um pouco de sensacionalismo, que em determinados momentos os jornais faltavam com a verdade.

Neste final de semana, "O Estado do Paraná", voltou a destacar, com números, mais uma vez, o número de falências em todo o Estado.

Nessa campanha promovida pelo Governo, o Secretário de Indústria e Comércio diz que não há falta de empregos no Paraná, que há uma campanha para criação de novos empregos. Quando aqui, na Assembléia, somente neste mês de março, tenho uma relação em meu gabinete, mais de 200 pessoas passaram pedindo emprego.

É de se perguntar se essa gente pode ser enviada para a Secretaria da Indústria e Comércio, e se essa gente terá emprego de imediato.

Logo após, o Deputado Líder da maioria, Erondy Silvério, desafiava os Deputados desta Casa que tivessem lido a Prestação de Contas do Governador.

Eu não li. Até os computadores estão sendo enganados pelos técnicos do Governo, a minha cabeça — que não é um computador —, poderia também ser facilmente enganada.

Por isso mesmo, não me prestei a ler. Mas estou nesta Casa — tenho a impressão —, para defender aqueles que aqui me trouxeram.

Recebi uma votação para que viesse aqui tentar ajudar essa gente.

Quando sabemos que, nessa campanha de televisão, todas as emissoras, em rede, apresentam a mesma campanha.

Não sei o custo. Mas, trabalhando no ramo, tenho certeza que, cada vez que é apresentada a propaganda em todo o Estado duzentos salários-mínimos poderiam ser pagos. Apenas com uma vez de apresentação.

Não são números exatos, mas poderão sê-lo o mais breve possível. Por isso mesmo que se estranha a atitude que é tomada nesta Casa, mais uma vez, em não aceitando um requerimento do Deputado Fiori Luiz, que poderia — porque não, ser um Deputado do Governo, desde que esse Deputado que apresentasse o requerimento estivesse preocupado em ajudar a popu-

lação carente deste Estado, que é muito grande.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. LINEU TURRA — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não pretendíamos fazer uso da palavra, nesta oportunidade, porque acredito que a matéria já está esgotada.

Entretanto, dado o que foi dito, há pouco, pelo ilustre Líder do PDS, Deputado Erondy Silvério, a quem prezamos, vejo-me na contingência de dizer alguma coisa a respeito do que foi dito.

Na verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, sempre se procura, muitas vezes, quando a bancada oposicionista toma uma posição para exigir do Poder Executivo uma informação, uma providência que julga do interesse do povo, sempre é agredida com aquela expressão de que, em outros assuntos de maior interesse, jamais a Oposição se preocupou. Inclusive, dizendo que jamais nos preocupamos em analisar sequer as contas do Poder Executivo e, portanto, não se justificam os pedidos de informações quanto às despesas que são realizadas.

Queremos dizer, Sr. Presidente, que a afirmação foi deveras injusta, porque nós já que passamos a pertencer no ano passado à Comissão de Tomada de Contas, nos preocupamos em examinar as contas do Governo da administração anterior e pudemos constatar na análise, Sr. Presidente, que fizemos, daquelas contas, também do relatório do Tribunal de Contas, que existem inúmeras irregularidades naquela prestação de contas, inclusive, uma quantia de cinco milhões e trezentos mil cruzeiros que foram arrecadados pela Agência das Mercês, e que até hoje estão pendentes de regularização, apesar, como diz o próprio T.C., da insistência que vem sendo feita junto ao Secretário de Finanças, para que regularize essas contas, sem uma satisfação sobre esse assunto.

Aprovamos a prestação de contas com restrição a esses cinco milhões e trezentos que iremos, neste ano, verificar as contas do atual Governador, para ver a posição e solicitar as providências que forem necessárias. Constatemos para mostrar que não é verdade que não tenhamos nos preocupado com as contas, e que o Estado do Paraná está em situação difícil e em desequilíbrio orçamentário, tendo apenas Cr\$ 0,64 para pagamento de Cr\$ 1,00 imediato.

Esta é a posição do Estado, o Estado com orçamento deficitário.

Quanto ao requerimento de pedido de informações do ilustre Deputado Fiori Luiz, vamos nos posicionar favorável à sua aprovação, porque entendemos que é oportuno o pedido, uma vez que não demos nenhuma justificativa para que se gaste dinheiro do povo, numa hora difícil desta, quando tantas obras estão paradas, como inclusive dois, três quilômetros de estradas que estão paralisadas por falta de dinheiro. Nessas condições não vejo porque o Governo estar a gastar dinheiro em propaganda desnecessária. Que faça as obras, as obras públicas de interesse público, de interesse coletivo, que o povo haverá de reconhecer, porque Governo, no meu entender, é transitório. Governo que aí está, o Sr. Ney Braga, é o Governo agora e não será jamais.

Portanto, não vejo porque essa vaidade de ficarem Secretários, Governadores, homens da administração pública, a alardear serviços que porventura tenham feito. Eu não vejo porque. Estão esbanjando de fato o dinheiro público numa propaganda desnecessária, apenas desviando verbas que poderiam ser aplicadas em favor do povo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação o requerimento.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tenho em mãos, inclusive o Orçamento Anual — 1980, e talvez até não saiba manuseá-lo, conforme deram a entender,

através da minha interpretação estou fazendo essa colocação, para não se dizer depois que, o que estou afirmando, é apenas questão de interpretação.

Então esse Orçamento anual, ele fixa aqui, na Coordenação da Casa Civil, no setor de Comunicação Social - só que é uma sub-chefia, e essa Comunicação Social tem a seu dispor, Cr\$ 92.855.000,00. Mas está aqui especificado o seguinte:

"Propiciar os meios necessários para execução das seguintes tarefas: relacionamento do Governo com órgãos oficiais de divulgação da União, Estado e Municípios; relacionamento com associações privadas, imprensa, rádio, televisão e agências noticiosas para divulgação de assuntos de interesse do Governo e da comunidade.

— Planejamento e execução de campanhas motivacionais, mantendo o público informado sobre o conjunto de intenções e realizações do Governo nos campos social, econômico e institucional.

— Pesquisa sobre a repercussão pública dos atos governamentais.

— Implantação de novos canais de comunicação entre o a comunidade para aperfeiçoamento das relações povo-Governo.

Naturalmente, a campanha que foi citada pelo Deputado Fiori Luiz, nesse requerimento, ela se insere dentro deste contexto. Agora, nesta verba de Cr\$ 92.855.000,00, que a bem da verdade é uma verba bastante grande, ela não está especificada nos detalhes que o ilustre Deputado pede para esclarecer.

Então, o simples pedido de informação passa a ter aqui uma conotação diferente, passa a ser um importante documento para esclarecimento do valor utilizado pelo Governo do Estado na aplicação desse investimento, dessa campanha.

Então, saber qual a agência de propaganda que elaborou o material, eu acredito que não vai ferir ninguém, muito menos vai trazer à tona detalhes de corrupção, acredito que apenas para o conhecimento dos Srs. Deputados para saber com quem o Governo está lidando.

Segundo, quais os componentes da comissão julgadora ou a comissão de avaliação ou de concorrência.

Terceiro, qual o custo da produção, saber o custo da produção é apenas especificar um detalhe, qual o custo de veiculação, qualquer organização tem o seu setor de planejamento, deve elaborar então o custo dessa veiculação. Acredito que não é nada de mais. Qual o tempo de duração da campanha, é importante saber esses detalhes.

O custo total é absorvido apenas pela verba da sub-chefia de Comunicação Social, ou cada Secretaria responde pelo custo da respectiva campanha.

Porque, a exemplo do que fazem os ministros, os novos artistas da televisão brasileira, aqui nós temos os mini-artistas, temos os Srs. Secretários de Estado aparecendo aí diariamente em nossos lares, sem pedir licença.

Então, naturalmente, nós temos que saber o que está acontecendo e quem é que vem respondendo pelo custo desta veiculação, se as Secretarias também pagam.

Seria possível o fornecimento da média global da campanha e autorizações referentes a cada veículo? Ora, sinceramente, o documento que não traz nada de mais a não ser o esclarecimento público, é apenas um documento que vem trazer à tona uma série de informações para avaliações futuras e tenho certeza que o Deputado Fiori Luiz, de posse dessas respostas, poderá então se pronunciar oficialmente a respeito do assunto. Porque, se o fizesse agora, estaria cometendo uma injustiça, já que ele não tem as respostas. Então, ele quer se documentar para poder então atuar condignamente na tribuna desta Casa.

E a função do Parlamentar é essa, é realmente fiscalizar tudo o que acontece, porque nós fomos colocados aqui com o voto do povo, ao contrário do que muitos outros naturalmente estão fazendo.

Existem até hoje os senadores biônicos que entraram pela porta dos fundos no Senado, existem os executivos nomeados e esses não têm o compromisso com o povo; nós, não. Recebemos o apoio popular, os votos, e tenho certeza que temos, até por dever de consciência, de responder a esse povo e de prestar contas da nossa atuação neste Legislativo.

Por isso, vou votar a favor do requerimento, embora já tenha sentido a motivação da bancada do PDS em votar contrariamente.

Respeito a decisão dos nobres Companheiros, mas, sinceramente, não comungo com este pensamento e não posso, jamais, aceitar que seja uma decisão altamente a favor do nosso povo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação o requerimento.

Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Paulo Camargo.

O SR. PAULO CAMARGO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Acho muito bem posta a posição do nobre Deputado Mário Celso, e, sem endoçarmos a forma como foi encaminhada a votação deste pedido de informações, a bancada do PP, que hoje está presente nesta Casa, votará entretimentos com o requerimento.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, para encaminhar a votação, ao nobre Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não é novidade o que se passa aqui hoje, e o que a bancada, chamada agora de PDS, e apelidada de ARENÃO faz, neste dia, não é novidade.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, devemos nos precaver do que vai acontecer ainda neste Estado, no que diz respeito à distribuição das chamadas verbas de publicidade. Não posso provar, ainda, por enquanto, o que vai acontecer nas chamadas ditribuições de verbas para publicidade, através de algumas firmas, principalmente da Capital.

O requerimento apresentado pelo nobre Deputado Fiori Luiz, do PMDB, é um requerimento comum; apenas querendo saber da forma, o quanto e de como são gastos os dinheiros públicos.

Queiram, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que eu esteja enganado do que venha a ocorrer neste Estado, neste ano ainda; porque com as adesões ao PDS, estas verbas talvez venham a ser distribuídas através de algumas agências de publicidade novas, nesta cidade, principalmente.

O que se fez, está feito. Voto com o requerimento. Mas algumas adesões ao Governo foram — e tenho certeza, só não posso prová-los ainda, através das chamadas verbas de publicidade.

Infelizmente, Sr. Presidente, algumas adesões como é o caso de um ex-integrante do MDB nesta Casa, que hoje trabalha no setor de publicidade, queira Deus que eu esteja errado, mas haveremos aqui, daqui há alguns meses, de demonstrar que alguns homens que eram da Oposição, aderiram ao belo programa do PDS, chamando de senhor aquele que durante sua campanha chamava de ladrão em comércio público, de ditador e usurpador.

Queira Deus, Sr. Presidente, que eu esteja enganado.

Todavia, me recolho e vamos esperar os acontecimentos. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação o requerimento.

O SR. WALDYR PUGLIESI — (Para encaminhar) Sr. Presidente, nós temos múltiplas razões para falar a respeito desse assunto.

No ano passado, apresentamos um requerimento de informação ao Sr. Governador do Estado sobre um programa de televisão que foi feito. A Assembléia aprovou aquele requeri-

mento de informação que fizemos. Mas o Sr. Governador do Estado, até a data de hoje, não se dignou a responder àquelas indagações, que foram feitas pelo povo do Paraná, através da nossa pessoa.

Não satisfeito com o comportamento que o Governo do Estado teve naquele episódio, apresentei um projeto de lei que obriga o Sr. Governador do Estado a responder estas indagações do Poder Legislativo. E o projeto de lei, infelizmente, até hoje não pode ser aprovado.

Tinha anotado aqui, antes do Deputado Kirinus falar, que nada, realmente, neste País mudou, quando nós do MDB falávamos que a reformulação partidária era falsa, muitos assim não pensavam; mas acredito que hoje, na prática, já estejam todos eles convencidos de que na realidade nada mudou. Porque a insensibilidade do Legislativo continua, quando um Flávio Marclio quer devolver as prerrogativas do Congresso, e esse Congresso, que foram retiradas pela ditadura militar implantada neste País, nós vemos, membros do Poder Legislativo, que deveriam se levantar, para engrandecer o Poder do qual fazem parte; pelo contrário, se subjugam, se colocam como vassallos deste poder, fazendo com que essa classe política seja realmente cada vez mais desmoralizada, porque não têm o poder nem de se auto defender.

Pedido inútil? Não podemos entender assim. Como? Que poder há, a alguém julgar esse pedido de informações inútil?

No Canadá, outro dia, um Governo foi derrubado, o Primeiro Ministro John Clark, foi apeado do poder porque pediu autorização ao Parlamento para aumentar o litro de gasolina em 18 cents, a população que é organizada, através dos seus representantes, negou este aumento ao Governo canadense, que não teve outra saída a não ser pedir um voto de confiança, e os legisladores do Canadá apearam do Poder um Governo que estava pretendendo aumentar o preço da gasolina em 18 centavos de dólar canadense.

Aqui, milhares de Al Capones andam por aí à solta; e realmente não temos nós condições de levar ninguém à barra de um tribunal. Ninguém. Lá mesmo seu Al Capone conseguiram botar na cadeia, por sonegação do imposto de renda. E aqui, homens que tiveram que fazer uma escolha entre o Iguazu e o Ahu, optaram pelo Iguazu (risos) E ninguém neste País vai conseguir provar que esta ladrãozada realmente rouba. Essa é a grande verdade. O Poder Legislativo deveria se colocar unido, para ser respeitado. Mas os próprios Deputados não querem nada, através da maioria, o direito de saber o povo aquilo que estão fazendo com o dinheiro dele. E dizem que os pedidos são inúteis. Porisso, na realidade, neste País, o que se fez foi tirar a roupagem rota, podre, de um partido morto, insepulto, que deu apoio à repressão, à tortura, ao arrocho salarial.

Só aí teremos representantes que deverão prestar contas a quem nele vota. Esses representantes que deverão, algum dia, ser controlados pelo povo, porque senão este País vai continuar cada vez mais rumo ao desconhecido, sem saber para onde, na realidade, nós estamos caminhando. Os governantes têm ao seu lado, a força e a impunidade.

O que custaria para um governo responder aos seus representantes, aos representantes do povo de que maneira está a gastar o dinheiro? Realmente nos orçamentos as rubricas dizem a quantia que deverá ser usada naquele ano, em determinado ponto de aplicação deste dinheiro. Nós não sabemos. E não podemos compreender, Sr. Presidente, como ainda nos dias de hoje, de falsa abertura é verdade, mas na realidade o povo já deu um passo adiante; não podemos compreender como os representantes do povo não têm capacidade de alcançar alguns dados que são necessários para que o povo não fique a fazer juízo a respeito de administradores que estão aí.

Dá o nosso desencanto, quando falamos que nada mudou na realidade brasileira, a insensibilidade continua, o desprezo

pela minoria continua.

Os governantes fazem aquilo que bem entendem e, na realidade, não precisam prestar contas a ninguém, porque ninguém tem poder sobre essa ditadura, de exigir dos governantes respeito àquilo que querem saber.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. GABRIEL MANOEL — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE — Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, estamos vendo esta polêmica, e os Deputados da Oposição a se esbaldarem, a nos chamarem de vassallos, a chamarem os homens em pé de igualdade com eles, de vassallos. O problema nosso é um problema de prisma, problema de ponto de vista.

Gostaríamos que sempre um Deputado honrado, que representa uma parcela do povo paranaense, viesse à tribuna quando chama alguém de ladrão, ou desse o nome de quem deveria estar no Ahu, porque companheiros nossos não deviam estar no Ahu, deviam estar cooperando junto com o Paraná.

Então, ou daremos o nome aos bois, ou então somos obrigados a ser chamados de demagogos perante a opinião pública, ou então, como dizia Tônia Carrero, é a falência das elites. Somos falidos.

Pensou Vossa Excelência e pensaram os Srs. Deputados se esses homens estivessem mandando neste País, claudicando e tripudiando sobre companheiros seus, antigos companheiros de luta, que suaram a sua camisa, agora, por uma questão de ponto de vista, por olharem a situação do País por um outro modo, de uma maneira diferente, querendo incorporar os homens que eles acham bom, homens que querem de fato levar o País para a democracia plena, são chamados de ladrões em plena Assembléia Legislativa do Paraná.

Sr. Presidente, isto é uma falta de vergonha, quando se chama um companheiro de ladrão. Eu desafio que se dê o nome a esses homens que deveriam estar no Ahu, com pena de mandar o meu mandato em jogo, porque não admito que um companheiro, ex-integrante da bancada do MDB, hoje por ser companheiro nosso, seja chamado de ladrão, porque aqui, Sr. Presidente somos todos homens honrados e viemos aqui com o voto popular, não fomos roubar votos, e não vamos admitir essa balela. Só faria um paralelo e um pedido a Deus, que escreve direito por linhas tortas. Calculem se esses homens mandassem no País, o que seria de nós? Teríamos aqui o muro da vergonha, seríamos fuzilados, porque eles não têm contemplação com seus próprios companheiros, vão ter com os seus adversários?

É isso, Sr. Presidente, a nossa revolta, e a nossa bancada, coesa, e com este pensamento, haveremos de lutar pelo bem do Paraná, e pelo bem do Governador que está trabalhando, e que talvez seja mais pobre que alguns Deputados que o atacaram.

E isso que quero dizer, Sr. Presidente, a revolta de vermos a demagogia campear sem precedentes nesta Assembléia; esta Casa não é sequer respeitada, onde se fala abertamente em guerrilhas, onde se fala abertamente que um ex-combatente é um ladrão, que se prove e se dê os nomes. Não estamos aqui, Sr. Presidente, para escutar balelas.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Em votação.

O SR. NILSO SGUAREZI — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE — Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, apenas para alguns reparos necessários.

Se a atividade do Deputado se exaurisse no exame da prestação de contas do Sr. Governador, não precisaria, esta Assembléia, se reunir, como se reúne, no decurso de dez meses por ano. Bastaria uma semana e daria plenamente por cumprida a sua tarefa. Eis que há uma prestação anual de contas e não há necessidade desta Assembléia se reunir durante todo o ano; se

essa fosse a atividade exclusiva e principal dos Srs. Deputados.

Segundo lugar, Sr. Presidente, parece que a ilustre e honrada bancada do PDS não entendeu o propósito do requerimento.

Levantaram-se especulações em torno até a ilicitude da aplicação dessas verbas.

Não, Sr. Presidente, parece-me que não é por este ângulo que a Oposição quer ver.

Se há temor de que esclarecida a aplicação dessas verbas que aí estão, tituladas ilegalmente, irregularmente fixadas no Orçamento, se há temor de que houve desvio e irregularidade em sua aplicação, não é esse o espírito do requerimento.

Portanto, Sr. Presidente, quando o Ministro Rischbieter foi devidamente apeiado do Ministério da Fazenda e o ilustre primeiro Ministro Mandatário desta Nação voltava da Europa, dizia ele à Nação, então professoral: "Não é a inflação o maior problema do Brasil. O maior problema é o desemprego".

Sr. Presidente, ontem mesmo apresentei, nesta Casa, uma denúncia das demissões que estão ocorrendo no IPARDES.

Sr. Presidente, está aí o clima de verdadeiro terror na EMATER. E, num gesto nobre, o Sr. Secretário da Agricultura disse que se os técnicos da EMATER forem demitidos por falta de verba, ele sairá junto.

Sr. Presidente, a imprensa inteira está noticiando demissões em massa.

Sr. Presidente, justifica o Sr. Governador do Estado, em sua mensagem, nesta Casa, que se não mais tem feito é pela carência de recursos.

Ora, Sr. Governador, requerimentos todos os dias são apresentados pela continuidade de estradas que estavam sendo feitas, estradas tão decantadas pela bancada situacionista.

Então, Sr. Presidente, é mais importante para o Paraná — e aqui o espírito do requerimento — o que é mais importante para o Paraná, qual a prioridade principal? É fomentar o desemprego que o próprio Ministro da Fazenda declara ser o maior problema da Nação.

E, como disse um Deputado há pouco, ter mais de 200 pessoas cadastradas. E os Srs. sabem que isso não é mentira. Há filas nos gabinetes, todos os dias, filas de pessoas pedindo emprego, a toda hora, a todo instante. E este mesmo Estado fomenta o desemprego, dizendo que não há verbas, sob a alegação de que não há verbas.

Então, Sr. Presidente, o espírito do requerimento é saber o que é prioritário para o Governo, desempregar, ou se é prioritário para o Governo se auto-promover pela televisão.

Se pensa o Governo, que vai, com essa auto-promoção e com essa propaganda maciça ajudar o povo. E o Governador do Estado, que é um dos maiores admiradores do grande ator de televisão, Paulo Autran, um dos maiores atores de teatro do Brasil, disse esse consagrado ator, no noticiário do meio dia, da Rede Globo, interpelado pela repórter:

"Você, como um dos maiores atores do teatro do Brasil, ficou quinze anos ausente da televisão, por que voltou agora, fazendo o papel de Baldracci?"

Afirmou Paulo Autran, com a maior simplicidade e autenticidade:

"Cheguei à conclusão que a televisão não é tão alienante assim. Afinal de contas, veja você o exemplo, a televisão brasileira ficou quinze anos fazendo a propaganda de um partido, tinham dois. Quando saíram as eleições, ganhou o outro partido".

Então, Sr. Presidente, é isso que o requerimento quer saber. Saber a prioridade de se dar maior importância ao desemprego, ou efetivamente à propaganda do Governo.

Quanto ao problema de o PMDB, as oposições chegarem ao Governo, aí é outro problema. Agora, uma coisa eu tenho certeza e falo pelo meu Partido. Realmente isso é compromisso solene de quinze anos de desmandos. Se o PMDB chegar

ao Governo, as cadeias serão aumentadas, porque elas serão insuficientes para caber os ladrões que existem.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação o requerimento.

Os Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão. (Pausa).

Rejeitado o requerimento.

O SR. RENATO BERNARDI — Pela ordem, Sr. Presidente.

Requeiro que Vossa Excelência mande proceder a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se (Pausa).

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

Três Srs. Deputados aprovam.

Vinte Srs. Deputados rejeitam.

Não há "quorum" para votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, requeiro que

Vossa Excelência determine que conste em ata, a retirada do plenário, da invicta bancada do PTB, que fez declaração de voto contrário pelo seu único representante aqui nesta Casa, único líder, requeiro que Vossa Excelência determine que conste em ata a retirada da briosa bancada do PMDB, para que amanhã esses mesmos Deputados não acusem a bancada do PDS de proceder covardemente, como já foi expressão usada aqui, quando essa bancada, usando recurso regimental, retirou-se do plenário, como reconheço também, é justo o recurso usado pelos eminentes Deputados que citei.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere e procederá o registro.

O SR. ADALBERTO DAROS (Pela ordem) Sr. Presidente, entendo que quando concorri a uma eleição para vir a esta Casa defender o povo, era para aqui comparecer. Para aqui vim dar o meu esforço, o meu trabalho, e por essa razão, requeiro de Vossa Excelência que a Comissão Executiva desta Casa, espessa diariamente para a bancada pequenina do PTB, é verdade, uma certidão de frequência, com um Xerox do oficial, se for pedido chamada nominal, porque não haveria necessidade do PMDB e do PTB para derrubar um requerimento desses.

O PDS tem 34 Deputados aqui, razão pela qual está requeirido, Sr. Presidente.

O SR. RENATO BERNARDI — (Pela ordem) Sr. Presidente, a bancada do PMDB se retira do plenário, numa tática normal de construção de qualquer minoria vigente em qualquer Parlamento, dando inclusive, tempo aos nobres e valorosos Deputados do PDS possam amanhã, num novo turno e numa nova argumentação e numa nova posição, discutirmos este assunto amplamente, cujo tema ainda não se esgotou no dia de hoje.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, apenas para que se registre a nossa não aceitação da colocação do nobre Líder do PMDB.

Não somos colegiais que precisamos de tempo para decorar a lição. Aqui nós agimos de acordo com a nossa consciência e a nossa posição hoje será a mesma de amanhã e sempre.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO — Só para declarar, Sr. Presidente, que eu não me retirei espontaneamente, e sim apenas atendendo a solicitação de eleitor meu, que devo muito e realmente graças a ele e a muitos outros estou nesta Casa, fui apenas atendê-lo aqui nos bastidores, e voltei imediatamente, tão logo se iniciou o processo de votação.

votação. Então não estava ausente e estou na Casa, tanto é que declarei o meu voto e quero deixar claro aqui o registro de que o ilustre líder, se é que foi eleito líder do PDS, porque eu não procurei observar esse detalhe, o Deputado Erondy Silvério incorreu num grave erro provando que ele, sim, está desatualizado, muito pior do que não procurar olhar o Orçamento ou procurar manuseá-lo, é acompanhar o dia a dia da Casa, e o ilustre Parlamentar que estava na sessão e que portanto estava desatento, falou que apenas um elemento da mini, não sei qual foi o termo usado, bancada do PTB, votou e declarou seu voto.

Quando aqui nós temos três parlamentares do glorioso Partido Trabalhista Brasileiro, que se hoje não é forte em termos de parlamentares, é forte em termos de população, de povo e de adeptos, e nós vamos provar isso na próxima eleição, porque o povo vai colocar mais parlamentares nesta Casa.

Então, só registro que hoje estamos apenas com três Parlamentares, dos quais, ilustre Deputado, dois declararam voto, dois, e não apenas um, porque, Deputado Mário Celso, mais uma vez, além de já falar da tribuna, além de já falar para a imprensa, além de enviar um documento na Casa me integrando ao bloco trabalhista, declaro mais uma vez, sou integrante do PTB e falei também em nome do meu Partido, porque o Deputado Adalberto Daros que eu e mais o Deputado Domício elegemos Líder, me deu esta condição, de falar também em nome do PTB, então, dois declararam voto e não apenas um, conforme suas declarações nos Anais desta Casa.

Senti-me ofendido, e minha mágoa fica registrada, porque a bancada não é pequenina, à bancada não se deve falar com desdém, eu acredito que o ilustre Deputado foi realmente muito infeliz na sua colocação, desrespeitando aos companheiros e tantas vezes a bancada do PDS pediu respeito nesta Casa, pediu para melhor tratar seus companheiros e, no entanto, a nossa bancada foi tratada como se fosse uma coisa tão comum, tão pequena.

Não aceitamos esta colocação. Pode Vossa Excelência falar que é questão de interpretação, mas eu registro aqui, se é interpretação não foi só minha, porque muita gente ouviu e eu vim correndo, larguei tudo para poder declarar aqui esta minha mágoa e deixar o meu protesto, ilustre Companheiro, pedindo de Vossa Excelência, que é meu companheiro inclusive de rádio, mais respeito quando tratar da bancada do PTB nesta Casa, e naturalmente sabedor agora que a bancada é integrada por três e que dois declararam voto.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, quero pedir desculpas ao nobre Deputado Mário Celso.

Eu não sabia que ele estava no PTB, eu talvez não estivesse aqui. O que eu li nos jornais é que Vossa Excelência ficou em cima do muro. Vossa Excelência foi o último a aderir, foi isso que eu li nos jornais.

E eu sei porque Vossa Excelência não está no PDS. Sei porque.

O SR. PRESIDENTE — Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Eu indagaria da Mesa, Sr. Presidente, se esta Presidência, se essa Executiva já recebeu um documento da integração do PDS nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa ao nobre Deputado que já recebeu.

O SR. ADALBERTO DAROS — Não me parece, Sr. Presidente.

Porque, há cerca de meia hora atrás, o Deputado Gabriel Manoel me mostrou e faltava a assinatura de seis Deputados. Todo mundo está em cima do muro, Sr. Presidente.

O SR. MÁRIO CELSO — Um parlamentar desta Casa ficou com sua imagem colocada em dúvida, e eu exijo respeito nesta

Casa e exijo também que tudo que foi declarado, seja provado.

Então, solicito ao ilustre companheiro de Casa, se sabe alguma coisa, que venha declarar, que assumo responsabilidades pelos meus atos, assumo responsabilidade e inclusive lanço aqui este desafio, se Vossa Excelência sabe de alguma coisa que venha contra a minha pessoa e contra a minha moral, Vossa Excelência diga nesse microfone, que quero ter a ombriedade também de fazer a minha declaração e de levá-lo às barras da justiça, porque Vossa Excelência bem sabe da minha conduta, tanto na Câmara de Vereadores como aqui. Fui eleito pelo povo, e não posso trair jamais esse povo. Se demorei a me posicionar, outros motivos me levaram a fazê-lo.

Recebi, naturalmente, milhares e milhares de propostas que jamais poderia aceitar. Mas são propostas honestas e políticas. Não aceitei nenhuma delas. Tanto é que estou aqui, despedido de qualquer outro compromisso, senão servir àqueles que me elegeram, servir ao meu Partido. Não peguei nada, não ganhei nada e não tenho promessa de nada. Fico onde sempre estive, na Oposição, sem dinheiro, mas com dignidade.

Isto é que é mais importante.

Não admito que alguém venha a colocar em dúvida a minha colocação moral, a minha posição moral, sob pena de entregar a minha vida, mas levo alguém para o cemitério.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, em forma de apelo, no sentido de que determine a abolição da exigibilidade de uniformes nas escolas públicas do Estado. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Chierigate, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de justiça, em forma de apelo, no sentido de elevação da Comarca de Catanduvas. —

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Chierigate, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Banco do Estado do Paraná, visando a instalação de uma agência no Distrito de Lindoeste, Município de Cascavel. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente, solicitando o envio de telex à Secretaria de Agricultura e ao Ministério da Agricultura, reivindicando o Valor Básico de Custeio maior aos tricultores e uniformidade do PROAGRO. — Em discussão.

O SR. RENATO BERNARDI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Fica adiada a discussão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Chierigate, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, visando a implantação de uma Delegacia Especializada de Menor na cidade de Cascavel. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Previdência Social, encarecendo sejam efetuados estudos visando atualizar as diárias pagas aos segurados acidentados. — Em discussão.

O SR. ADALBERTO DAROS — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, consubstanciado em pedido de informações, referente à demissão de 210 pessoas, no período de março à dezembro. — Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente,

Vossa Excelência poderia colocar em votação? Talvez agora haja "quorum". Requeiro a Vossa Excelência a chamada nominal para a verificação de "quorum".

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere e procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada nominal para constatação de quorum)

Responderam à chamada nominal 20 Srs. Deputados. Não há "quorum" para votação.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo providências para instalação do curso de 1.º Grau no Distrito de Porto São José, Município de São Pedro do Paraná. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Ministério da Agricultura, encarecendo a fixação do preço de garantia do trigo da safra de 1980. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de congratulações e regozijo, pelo lançamento em nossa Capital, do jornal "Correio de Notícias". — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Administração, no sentido de que seja construída uma Escola Isolada, na localidade de Ferraria, Município de Campo Largo. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, reiterando apelo visando melhoramentos na estrada Mato Grosso, que liga Campo Comprido a Rondinha, Município de Campo Largo. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, com o apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Educação, em forma de apelo, no sentido de que proíba o chamado "Trope de Calouros". — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando voto de aplausos à GRAFIPAR, pelo retorno do consagrado jornal "Correio de Notícias". — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente, solicitando o envio de telex aos Ministérios da Agricultura e Planejamento, encarecendo a extinção do Imposto Sobre Exportações de soja em grãos, óleo de soja e farelo de soja. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado, Secretário da Educação e Prefeito Municipal de Almirante Tamandaré, denunciando irregularidades

verificadas na Escola Municipal Lamenha Grande. —

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à EMATER, em forma de pedido de informações sobre "Concurso do Milho", e entrega de prêmios. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à COPEL, no sentido de informar o porquê do aumento extraordinário ocorrido com a energia elétrica. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Elísio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do IBC, no sentido de que volte a vigorar o diferencial de 5 cents por libra-peso, sobre a exportação do café pelo Porto de Paranaguá. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Elísio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado, Ministro dos Transportes e demais autoridades, denunciando e condenando a decisão da RFFSA, de desativar o novo traçado da ferrovia Curitiba - Paranaguá. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex a diversas autoridades, encarecendo a imediata intercessão, no sentido de que a área de um milhão de hectares de terra na região de Aripuanã, Mato Grosso, não seja vendida a grupo multinacional. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando votos de aplausos ao Ministro da Justiça e Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, e aos Diretores das redes de televisão, pelo acordo efetivado, no sentido de evitar a apresentação de cenas de desagregação familiar. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor do DASP em Brasília, encarecendo informações sobre concurso público realizado em Londrina, para preenchimento de vagas no INPS. — **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 14, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 138 e 173/79.

Marcando ainda uma Sessão Ordinária para sexta-feira, dia 14, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 46/78 e 111/79.

Levanta-se a Sessão.